



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 5/2007

SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO

29 de Junho de 2007

A Sessão teve início às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: Presidente, António Ramos-----

-----Primeiro Secretário, Rui Miguel Queiroz Correia-----

-----Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira-----

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores Amadeu da Ressurreição Lopes
Moreira, Augusto Ferreira Guedes, António Luís Andrade Silva, Jaime Pereira Garcia e Vítor
Pedro da Conceição Gonçalves, conforme constam da relação anexa.-----

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores Carla Tavares,
Clotilde Cunha e Silva, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Rita Mafalda Madeira, António
Nunes, Eduardo Rosa e Filipe Ferreira.-----

Verificado o Quórum, Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.-----

O Senhor Presidente da Mesa informou que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
se encontra ligeiramente atrasado, dando início à sequência aos trabalhos.-----

-----I – SUBSTITUIÇÃO-----

O Senhor Presidente da Mesa informou que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78.º da Lei n.º
169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, os Senhores António
Tremoço de Brito da CDU e Patrícia Alexandra Ferreira e o António Guedes do PSD, pelo

que, em conformidade com o artigo 79.º da Lei 169/99, os membros substitutos são, respectivamente, Amadeu Ressurreição Lopes Moreira, Francisco José Parra Curinha e Paulo Miguel Oliveira Martins Torres Miguel (Documento anexo à presente Acta).-----

-----II – ORDEM DO DIA-----

PROPOSTA:-----

1 – Apreciação e votação, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Vigilância da Quinta dos Condes da Lousã – Descentralização para a Junta de Freguesia da Damaia” (Proposta n.º 147/2007)*;-----

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor dos Quarteirões 50 e 54, da Brandoa – Alterações” (Proposta n.º 210/2007)*;-----

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor do Quarteirão 1, da Brandoa – Alteração” (Proposta n.º 211/2007)*;-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Regulamento Municipal de Actividades Diversas - Alteração” (Proposta n.º 278/2007)*;-----

5 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, *“Informação Escrita do Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município”*;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, do Projecto de Moção relativo a “Localização do Novo Aeroporto de Lisboa”.-----

Nota: As peças desenhadas relativas aos pontos 3 e 4 podem ser consultada nos serviços de Apoio da A.M.A.-----

Segue em anexo, para aprovação as Actas n.º 1/2007 e 3/2007.-----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a Ordem do Dia à discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 30 dos membros presentes (Documento anexo à presente Acta).-----

-----III – CORRESPONDÊNCIA-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Artº. 30.º do Regimento.-----

-----IV – ACTAS-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que, foram distribuídas aos Senhores. Deputados as Actas nºs 1 e 3/2007, pelo que abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Boa noite, Senhor Presidente em exercício, boa noite Senhores. Deputados, público presente. Relativamente às actas, tenho a dizer o seguinte: Há aqui, pronto eu vou repetir o que já disse anteriormente que é um esforço enorme que os serviços que o primeiro secretário têm. É de louvar o esforço enorme que de facto, os serviços de Apoio à Assembleia o Senhor Primeiro Secretário e em particular a mesa na elaboração destas actas, é de facto uma coisa que temos que marcar pela positiva, de qualquer

maneira há aqui um ponto que continuo e volto a repetir e que não deixo de fazer o reparo que é o seguinte: continuam nas actas a não referir relativamente às deliberações, a não referir quem vota a favor, quem se abstém e quem vota contra. Isto é extremamente importante do nosso ponto de vista e não só do nosso ponto de vista, em termos legais inclusive, é obrigatório referir quem vota a favor, quem se abstém e quem vota contra. Portanto há esta falha que eu reitero, o pedido para que seja mencionado, quem vota, de que forma vota. A segunda questão tem a ver com uma questão formal, sem dúvida que é formal e não passa disso, mas de qualquer maneira do meu ponto de vista é um erro. É o seguinte, na acta de vinte e sete de Fevereiro que tem duas reuniões a primeira e a segunda a questão, coloca-se relativamente à primeira reunião que não tem termo de encerramento que até é compreensível. Seria compreensível não tem termo de encerramento, mas torna-se menos compreensível do meu ponto de vista porque quem dirigiu a primeira reunião de vinte e sete de Fevereiro, foi o Senhor Primeiro Secretário, aliás como neste momento está a dirigir a mesa, não pode referir no final que é o Primeiro Secretário que redige, se é o Senhor Primeiro Secretário que está a dirigir a mesa depois na parte final nos termos de encerramento não pode referir que o Senhor Presidente da Assembleia vai assinar, e eu Primeiro Secretário também vou assinar, não pode, no meu ponto de vista não pode, em termos formais. A mesma coisa se passa na acta de vinte cinco de Abril foi o Senhor Primeiro Secretário que dirigiu a mesa, se dirigiu a mesa não pode nos termos de encerramento dizer que com Senhor Presidente da Assembleia vou assinar, melhor dito vou redigir e vou assinar era este dois reparos que eu queria fazer Senhor Presidente em exercício, muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Mesa: “Muito obrigado Senhor Deputado, relativamente à segunda observação que fez eu percebo, eu quase que sou tentado a concordar consigo mas tive a verificar melhor e de facto verifiquei que essa é a forma correcta porque há aí uma duplicidade de papéis, é o Presidente não da Assembleia é o Presidente da Mesa que não deixa de ser o Primeiro Secretário, mas eu também fiquei com a dúvida mas verifiquei que esses são os termos correctos, mas de qualquer forma poderemos ver outra vez e naturalmente se a dúvida subsistir porque eu próprio sou franco também tive essa dúvida, depois deixei de a ter, mas não se sinto perfeitamente à vontade, mas vamos verificar isso e na próxima Conferência de Líderes nós informamos e fundamentamos e se for caso disso obviamente far-se-á a rectificação. Relativamente à primeira questão que coloca e que já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

colocou, bom há aqui duas situações, embora eu também seja tentado a concordar consigo, mas há uma primeira situação que tem a ver com aquilo que diz o Regimento, o Regimento não obriga a tal situação, mas isso seria o menos, o problema é que com os meios que nós temos eu digo que é praticamente impossível fazer isso a não ser que nós demoremos bastante tempo em cada votação porque nós temos que registar aqui quem vota a favor quem vota contra, os nomes das pessoas e como deve calcular é a única forma de nós acedermos, no fundo, a essa sua observação a fazermos isso e chamo a atenção e alerta mas penso que isso também poderemos decidir em Conferência de Lideres e se for essa a vontade, agora alerta que o processo vais ser extremamente demorado mas poderemos falar isso na próxima reunião de Conferência de Lideres.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou à votação as actas nºs 1/2007 e 3/2007, em conjunto, as quais foram aprovadas por maioria, com 27 votos a favor e 3 abstenções.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** referiu que no tocante à votação da Ordem do Dia, por lapso, na contagem dos votos, não contabilizou os seu próprio voto, bem como da colega, pelo que e para que fique em registo, a Ordem do Dia foi aprovada, não com 28 votos, mas 30 votos dos membros presentes.-----

-----V – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor **Presidente da Mesa** iniciou o período com a explicação regimental e inscreveu-se o Senhor Joaquim Faria e a Senhora Delfina Afonso.-----

Senhor **Joaquim Faria**: “Começo por cumprimentar os ilustres membros desta Assembleia Municipal, eu moro na Reboleira e assunto que me trás aqui é uma questão de a segurança ou melhor a insegurança que se vive nessa zona, estou convencido que poucas são as pessoas que vivem na Rua Amílcar Cabral que não tenham sido assaltadas ou que não conheçam pessoas que tenham sido assaltadas, portanto trata-se de um caso que efectivamente os moradores daquela área não sentem seguranças, as pessoas têm, são assaltadas às portas de

casa têm medo de vir à rua, entendo que é um caso grave, quando as pessoas, a democracia pressupõem a liberdade e quando as pessoas não tem a liberdade, começam a ter medo está em causa a própria democracia, pergunto a esta Assembleia se realmente tem condições de dar resposta às questões que eu aqui coloco ou dizer alguma coisa, como é que pensa remediar essa situação, muito obrigada.”-----

Senhora Delfina Afonso: “Boa noite, cumprimento todos os presente, eu adquiri uma loja em Março de 2006 situada na Rua António Apolinário da Silva, n.º 34 A, Falagueira, sucede que antes de adquirir a loja pedi uma reunião na Câmara, e fiz essa reunião e o que me foi dito é que a Loja estava legalizada, estava tudo em ordem e fiz uma pergunta concretamente aos terrenos que se situam junto à loja que são terrenos que estão sem construção e o que foi dito é que estava previsto a construção de prédios e de ajardinamento na zona, portanto eu adquiri a loja e posteriormente eu venho a constatar que não é assim o que se consta não é assim, portanto a rua termina em terra junto a esses terrenos e isto já lá vai um ano e eu tenho enviado diversos faxes para a Câmara portanto começou o primeiro por ser enviado em 31 de Maio de 2006, um à atenção do Senhor Presidente da Câmara, Senhor Joaquim Raposo a 11 de Outubro de 2006, e sucessivamente a 8 de Fevereiro de 2007, e eu vou passar concretamente à pergunta e se me puderem responder, o que está previsto pela Câmara? É esse o sentido da minha presença aqui, portanto na sequência da aquisição da loja venho por este meio solicitar a intervenção de V. Exa. da necessidade imperiosa de pavimentar a rua bem como conservar a Mãe de Água que se situam em frente à loja que necessita de manutenção, salientar ainda a falta de limpeza periódica na zona envolvente ao prédio, portanto e é isto que eu pretendo que me digam alguma coisa de concreto relativamente à limpeza e à zona envolvente o que é que está previsto construção ou não de prédios e jardim como foi dito e para quando. Obrigada.”-----

Senhor Presidente da Mesa: “Senhor Vice-presidente da Câmara deseja usar da Palavra?”---

Senhor Vice-Presidente da Câmara: “Boa noite, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores. Deputados, Caros Múncipes, Caros Colegas, relativamente ao Senhor Joaquim Faria, relativamente à segurança isto é um problema que não só atinge a Amadora, mas como atinge a maior parte dos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, lamento que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

isto tenha sucedido a si e que suceda na Rua Amílcar Cabral, mas infelizmente não somos nós que mandamos na PSP, vamos transmitir isso à PSP, ver o que é que se pode resolver, temos lá esquadra da Reboleira, para que no futuro a situação de insegurança seja reduzida, da nossa parte o que lamentamos é que tenha sucedido o que sucedeu e vamos dar o nosso melhor melhorar a segurança na área envolvente da Reboleira, mas cabe à PSP fazer essa segurança, como deve de saber. Senhora. Delfina Afonso, é assim com os elementos que disse eu tenho muita dificuldade em saber onde é que é a sua loja, conheço a Rua Apolinário da Silva, a única coisa que posso que me poderá ajudar é se pudesse indicar exactamente o local concreto ali ao Eng.º Agostinho que está ali atrás, porque é assim pode ser em vários locais eu não lhe sei responder concretamente porque se for no topo é uma instância romana se for mais a Sul é uma zona privada da está junto ao Casal do Silva, portanto não lhe sei responder concretamente à questão só com mais elementos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal penso que estão esclarecidas as questões. Muito obrigada.”-----

O Senhor **Presidente da Mesa**, não havendo mais intervenções deu por encerrado este período.-----

-----VI – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Abriu o Senhor **Presidente da Mesa** as inscrições.-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente em exercício muito obrigado, boa noite Senhores. Deputados, eu gostava de deixar aqui três questões que me parecerem relevantes uma delas mais localizada e outras duas de âmbito mais alargado ao município, a primeira era um apelo que fazia aos Senhores. Vereadores eu creio que está em processo de conclusão a obra do Parque da Ribeira da Falagueira, o Parque Aventura, eu não sei se os Senhores. tem conhecimento efectivo do que é que se está a fazer ou se quer conhecem o processo ou o projecto que lá está a ser implementado, porque a pergunta que eu faço é esta, faz sentido num projecto de requalificação suposta de uma casa vulgarmente conhecida de Malta e do espaço envolvente fazer represas para cortar o troço da água o corrimento de água com lancis, faz sentido amontoar as pedras que eram as pedras que tinham sido retiradas da



própria casa e do espaço envolvente e amontoá-las à beira ribeiro apenas para fazer daquilo um ponto de separação entre o ribeiro, faz sentido não respeitar a traça arquitectónica do edifício que lá estava, não faz, primeira questão é se conhecem o projecto, se há projecto e se o projecto respeita minimamente a casa, porque eu parece que não e se faz sentido que numa cidade em pleno Século XXI como a Amadora se faça um projecto naquela casa que supostamente vai ser, penso eu, um Museu Arqueológico, que não sequer aquilo que lá estava a envolvência da casa e que utilize e abastarde os materiais que lá existam, eu posso estar enganado e estar até equivocado, mas aquilo que lá está feito neste momento e aquilo que nós estamos a ver é horrível, já para não falar do facto e eu até posso perceber muitas explicações técnicas mas não percebo que se desvie a Ribeira, que se diga que o desvio na Ribeira é feito para evitar que a água suba e prejudique a própria casa e se coloquem duas manilhas de esgoto que já lá estão há muito tempo, duas manilhas de esgoto para desviar o Ribeiro e não se dê ao trabalho de escavar mais o Ribeiro e recuperar a ponte que lá está, eu posso estar equivocado, se estiver equivocado eu virei cá na próxima Assembleia Municipal para pedir as minhas desculpas ao Senhor Vereador em particular, mas cuidado com o que se está a fazer e que ao menos se respeite um património que ali está e que se valorize efectivamente esse património porque se é para fazer por fazer mais vale não fazer nada e deixar como estava.

A segunda que eu deixava é uma questão que tem a ver com o lixo, eu reconheço que a Câmara tem feito um esforço na melhoria dos recursos, na melhoria dos meios, na melhoria das condições à disposição dos munícipes nomeadamente na recolha nocturna, na melhoria dos equipamentos como os moloques que são de facto uma melhoria evidente para os munícipes e para a cidade, eu reconheço que há um problema de cidadania e muitos dos cidadãos da Amadora que se esquecem que são eles os principais agentes na melhoria das condições de salubridade da própria cidade, eu reconheço que talvez a própria câmara dentro de si não tenha ainda a própria educação para a cidadania para perceber que às vezes há coisas que dependem da própria Câmara, acho que há um problema de lixo na Amadora e há um problema de recolha de lixo na Amadora, porque há muitas ruas desta cidade, nomeadamente ruas de sítios onde eu costumo passar onde eu acho que a máquina varredora não passa uma vez por mês, eu acho que há muitas coisas que tem também a ver com a própria forma com que a Câmara actua eu pergunto-me se um cidadão vê que o equipamento está degradado, se um cidadão vê uma papeleira caída, se um cidadão vê um caixote de lixo destruído, e aqui não aponto a culpa à Câmara em primeiro lugar, aponto a quem o destruiu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

porque não o devia ter feito, se vê, mais está a incentivar o desleixo e se alguém vê que as ruas não tem a manutenção necessária o problema do lixo continua e eu não digo que seja um problema de meios reconheço que tem havido efectivamente um esforço neste capítulo eu sei que tem havido um esforço com as próprias Juntas a própria forma como as Juntas estão a fazer tudo isto, mas acho que há um problema com o lixo na Amadora, há um problema com a recolha de lixo na Amadora, e a Amadora continua a não ser uma cidade que neste particular podia ser exemplar, podia ser exemplar e eu apelo aqui também que a Câmara verifique melhor o que está a fazer e procure mudar tudo isto, porque basta passear aqui no Centro da Amadora em particular próximo da Câmara, a dois passos da Câmara, nomeadamente no Babilónia para ver que a cidade continua suja e é um problema que tem que ser resolvido e há aqui um problema de eficácia na própria cidade da Amadora.-----

A terceira questão que eu vos deixava tem a ver com a circulação automóvel em muitas ruas da Amadora, eu há dias partilhei com o Senhor Vereador uma preocupação que era comezinha porque era minha, porque era da rua em que eu vivo que é a da Estrada da Serra da Mira, a Estrada da Serra da Mira é uma rua que tem muito trânsito eu sei que houve um esforço que vai ao contrário daquilo que eu acho que é o que deveria ser, mas pronto eu percebo que é um esforço de alargamento da rua, de melhoria das condições de segurança, para que o trânsito que flui naquela rua não tendo alternativa possa circular muito melhor, eu acho que as ruas devem ser para os cidadãos, não devem ser tanto para os carros, mas não havendo alternativa eu percebo isso, houve um esforço nomeadamente ao nível da sinalização, há semaforização, há uma preocupação mais cuidada com as passadeiras, mas eu acho inacreditável como uma cidade como a Amadora e uma rua como a Estrada da Serra da Mira, ou outra qualquer, tenha um acidente às 4 da madrugada com um carro que em excesso de velocidade destrói sete carros estacionados, eu acho inacreditável que haja ruas nesta cidade onde haja carros que circulam a cento e vinte quilómetros à hora, isto não é um problema da Câmara eu percebo, mas eu pergunto se a Câmara não pode ser criativa ao ponto de encontrar as soluções para minorar tudo isto, e aquilo que eu partilhei com o Senhor Vereador é caricato, porque o Senhor Vereador dizia-me, pronto a Estrada da Serra da Mira, mas ó Senhor Deputado a Av. da Liberdade não tem lombas, eu acho é que não há comparação possível, não há comparação possível, e o que eu pergunto é não podemos ser criativos ao ponto de limitar a circulação automóvel e a velocidade automóvel em muitas destas ruas, porque um dia vamos chegar àquele momento em que na página principal de um



jornal de grande circulação vai aparecer na Amadora morreu uma criança ao atravessar uma rua no centro da Amadora, e o que eu pergunto aqui é serem criativos, e os Senhores. até foram criativos foram criativos, quando implementaram os painéis de sinalização das escolas, foram criativos quando melhoraram a semaforização em muitas ruas eu percebo o argumento que a partir de determinada hora é complicado manter semáforos abertos por causa dos problemas de segurança, mas continuemos a ser criativos e encontremos formas de impedir que os carros circulem a cem km/hora numa rua, numa rua onde vivem pessoas, em ruas onde vivem pessoas, e eu dou o exemplo mezinho da estrada da Serra da Mira porque habito nelas mas é m problema que existem em muitas ruas desta cidade e eu não tenho dúvidas que o Senhor Vereador Gabriel Oliveira, que é uma pessoa atenta que não está só no gabinete e que vê as Córias conhece este problema, o que eu apelo é não me diga que não pode ser porque não há solução, encontre a solução e seja criativo, para que o problema se resolva.”---

Senhor Deputado Ismael Pimentel: “Senhor Presidente em exercício, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores. Vereadores, Senhores. Deputados. O que nos trás aqui é uma preocupação em relação a mais um passo que o Governo Socialista se prepara para dar na sequência das muitas asneiras que tem feito prejudicando os portugueses, todos nós diariamente somos confrontados com esta realidade, felizmente começam a aparecer os primeiros indícios como aconteceu hoje do cansaço da maioria dos portugueses em relação a esta péssima governação e portanto na sequência daquilo que tem vindo a fazer em todas as áreas chegou uma vez mais e por acumulação à área da Justiça, e portanto desta vez esta nova ideia peregrina do Governo em relação à modificação do Mapa Jurídico do país penaliza enormemente o Concelho da Amadora, na sequência deste estudo que já foi feito por uma universidade e no anteprojecto de Lei que está já, como sabem, publicado e é conhecido publicamente, a Comarca da Amadora prepara-se para sofrer um revés significativamente importante no sentido de deslocalizar para Sintra alguns dos tribunais, nomeadamente o Tribunal de Menores e o Tribunal de Trabalho, continuando nós a ficar com o Tribunal Cível, e continuando a temos as falhas que temos em relação ao Tribunal de Crime nomeadamente no Concelho da Amadora onde este Tribunal deveria efectivamente ter este tribunal aqui uma valorização muito grande. O que acontece é que um dos argumentos para além do estudo não ser de facto rigoroso, os números não apontarem a realidade dos factos, o que acontece para além do perigo de penalização de pormos as pessoas que residem na Amadora e que na sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

esmagadora maioria trabalham em Lisboa a caminhar com dificuldade para Sintra, que como sabe não é propriamente um concelho de fácil acessibilidade, nem em termos de transporte públicos e das suas alternativas, nem em termos de vias rodoviárias, para além desta penalização o que mais nos preocupa é se o argumento é a dificuldade das instalações existentes nesta altura, estes serão os primeiros passos no sentido de definitivamente se acabar com a Comarca da Amadora e se acabar com o Tribunal da Amadora, essa a nossa preocupação, reconhecemos como é óbvio, e já tem acontecido mais do que uma vez, que o Senhor Presidente da Câmara naquilo que se trata da defesa dos interesses da Amadora e da sua população tem tido posições contrárias ao Governo seja ele qual for e seja qual for o partido político que apoie esse Governo e portanto o que vimos aqui fazer é não só fazer um apelo que em relação a esta matéria isto volte a acontecer e desta vez apesar de ser uma tomada de posição e uma decisão do Governo central a Câmara da Amadora nesta matéria específica tem de facto uma voz que pode ser muito alta, muito importante e decisiva e portanto o apelo no sentido de que não só não se permita esta evolução negativa como fique de alguma forma isso possível o compromisso da Câmara Municipal no sentido de se responsabilizar com a população da Amadora, como eu me lembro que todos os partidos sempre fizeram enquanto candidatos à Câmara Municipal da Amadora que se comprometa que de facto o tribunal da Amadora para além de continuar, melhorará as suas instalações como aliás existem projectos e neste sentido podermos todos juntos lutar por esta causa que me parece fundamentalmente importante não só para a justiça e para a segurança que já hoje foi falada do Concelho da Amadora como também para alguma tranquilidade e algum bem-estar da população da Amadora, não tendo que recorrer a Tribunais fora do Concelho obviamente será beneficiada nessa matéria e é isso que todos nós procuramos é que a Amadora tenha vida própria e que a sua população faça aqui a sua própria vida. Muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, caros Municípes. O assunto que aqui trazemos é directamente relacionado com a temática abordada nesta última intervenção, de facto é conhecido que na sequência do acordo PS/PSD relativo à justiça o Governo iniciou um processo de revisão do Mapa Judiciário é assunto evidentemente como todos sabemos de grande complexidade, em todo o caso é já público que na generalidade dos

actores judiciais, os juizes, o próprio Procurador Geral da República, os advogados tem-se pronunciado no sentido de apontar críticas muito sérias a esta reforma que o Governo se propõe adiantar, no caso concreto da Amadora como já foi referido aquilo que se perspectiva por um lado a integração numa circunscrição com sede em Sintra, e por outro lado uma evidente desqualificação a nível do Tribunal da Amadora com a remissão para Sintra de boa parte dos juízos sobre as matérias de, portanto sobre as várias matérias, crime, menores, família etc. e com a possibilidade de deixar apenas na Amadora uma presença muito limitada deste, portanto que desqualifica relativamente quer à realidade do que é hoje o Tribunal, o que é hoje o Tribunal, quer em relação ao, muito mais ainda, em relação ao Quadro Legal e à Lei Orgânica que existe para o Tribunal da Amadora que aliás nunca chegou a ser preenchido, é verdade dirão alguns que é assunto que ainda está estudo, é verdade que do Estudo da Universidade de Coimbra para Anteprojecto houve algumas alterações mas o que é facto é que este quadro, digamos os traços gerais do quadro que aqui coloquei mantêm-se, ponto 1 a integração da Amadora numa circunscrição com sede em Sintra e que inclui Mafra, segundo ponto a desqualificação do Tribunal da Amadora relativamente à situação que hoje temos presente, nós consideramos que este assunto é de uma enorme importância, e nesse sentido queremos informa a Assembleia que nós entendemos ao contrário ou no sentido que aqui foi dito que não só a Câmara Municipal mas a Assembleia Municipal têm um papel importante, do nosso ponto de vista a Assembleia Municipal deve nesta matéria definir as suas responsabilidades e desencadear iniciativas no sentido de promover um debate público sobre esta matéria na Amadora que envolva os representantes, digamos os vários actores do processo judicial, os actores sociais, o tecido económico e social do concelho no sentido de se tornar claro qual é a opinião e qual é o entendimento do Município e da população do Município relativamente a este assunto, para além disso entendemos também que isso não é incompatível ou seja a necessidade de uma auscultação, digamos de se desenvolver um debate público não é incompatível, muito pelo contrário com a reafirmação de dois ou três princípios que nós consideramos fundamentais, o primeiro principio é que a Amadora tem direito a ter um Palácio de Justiça digno, tem direito a ter um Palácio de Justiça devidamente apetrechado do ponto das infra-estruturas, do ponto de vista técnico e do ponto de vista humano, por outro lado que o Tribunal da Amadora deve ter condições para responder às necessidades da população, as necessidades dos vários agentes sociais e económicos no que diz respeito no acesso à Justiça e do nosso ponto de vista o quadro que está traçado não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

garante um princípio constitucional fundamental que é do acesso à justiça remetendo boa parte da litigância para Sintra e portanto neste sentido nós iremos entregar na Mesa da Assembleia Municipal uma proposta no sentido de o agendamento extraordinário desta matéria de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal sobre este assunto e juntamente com a apresentação de uma proposta de deliberação para apreciação nessa sessão da Assembleia Municipal de uma proposta de deliberação sobre essa matéria. Muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente, eu queria fazer um pedido de esclarecimentos, não só ao Senhor Deputado Ismael Fonseca, como também ao nosso colega da CDU Carlos, e o pedido de esclarecimento tem a ver com o seguinte primeiro obviamente estamos todos de acordo que a Amadora merece mais e melhor mas a verdade é que nós já, e esta Câmara já muitas vezes no último mandato quis mais para a Amadora e mais para a Amadora através de que, através de um projecto se bem se recordam da criação de um novo Tribunal num terreno que era o terreno da Quinta do Estado era um projecto ambicioso, era um projecto desta Câmara mas infelizmente também foi um projecto que o Governo a que V. Exa. presidiram digamos inviabilizou por completo através daquela negociata que foi aquela questão da Quinta do Estado, e por isso é lamentável que isso tenha acontecido e é verdade que isso ter acontecido originou que a Amadora não pudesse crescer em termos de ter um Tribunal com a dimensão que merece, segunda questão que queria aqui questionar tem a ver com o seguinte, segundo eu sei, em primeiro lugar e estamos a falar do anteprojecto e por isso acho que e é bom e é visado nós esperamos um pouco para ver o que em daí, por isso acho que qualquer tipo de conclusões acho que é precipitada, mas a questão que se coloca e que aqui foi colocada é que eu saiba a parte do Crime e a parte do Trabalho nunca foi colocada na Amadora, por isso a Comarca da Amadora nunca teve juízos destas duas matérias, o que acontecia é que a matéria do Crime e a matéria do Trabalho, a questão do Crime e do Trabalho era feita em Lisboa, e por isso a diferença substancial a ser verdade o anteprojecto a consubstanciar é que em vez de nos deslocarmos para Lisboa vamos deslocarmos com a construção de mais juízos para Sintra, quanto à questão de Menores e Família efectivamente a Amadora neste momento tem, mas que eu saiba Crime e Trabalho é matéria e ao contrário do que aqui foi dito eu pelo menos fiquei com a dúvida e gostava que me esclarecessem que eu saiba Crime e Trabalho nunca foi

matéria que esteve aqui na Amadora e sim em Lisboa e por isso a questão que se coloca não perder a Amadora esta capacidade ou estes juízos mas o facto de haver a chamada deslocalização de Lisboa para Sintra.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente, esclareço já este último assunto, o Tribunal de Trabalho está previsto na actual, no Quadro actual, se os Senhores., se o Governo do Partido Socialista e os Governos anteriores não preencheram esse quadro a responsabilidade vossa, mas ele está previsto quando foi desenhado, quando foi desenhado o Mapa do Tribunal da Amadora está previsto o Tribunal de Trabalho e portanto se ele não foi preenchido assumam as responsabilidades, quem tiver que as assumir, relativamente ao facto de estarmos no anteprojecto isso não inibiu a Associação de Juizes de apresentar um extenso relatório crítico e com proposta sobre esta matéria, isso não inibiu próprio Procurador Geral da República de apresentar sugestões e propostas sobre esta matéria e portanto do nosso ponto de vista o facto de estarmos exactamente de estudo e de debate, etc. é precisamente o momento útil e eficaz de promover um debate público local sobre essa matéria e encaminhar e acarrear para essa sede, ou seja para a sede da proposta e da discussão os dados que resultarem do debate público na Amadora, relativamente à questão do Palácio da Justiça estamos a discutir dois assuntos diferentes, um é o Palácio da Justiça outro é qualidade do Tribunal da Amadora, a qualidade judicial se quiserem dizer assim do Tribunal da Amadora, relativamente à sua construção, eu recorde-me que o agora candidato à Câmara Municipal de Lisboa que até há bem pouco tempo foi Ministro da Administração Interna e que também já foi Ministro da Justiça quando veio inaugurar as actuais instalações do tribunal da Amadora propor o tribunal da Justiça para breve o que é facto é que não aconteceu nada disso e continuamos à espera, não só responsabilidade do PSD evidentemente, mas o PS também há-de ter a sua responsabilidade com toda a certeza, agora para além disto nós estamos a discutir outra questão que como referi que tem a ver com o nível do Tribunal da Amadora, os Juízos que aqui vão estar sedeados, os juízes que aqui vão estar sedeados, as matérias que aqui vão ser apreciadas, o direito ao acesso à Justiça que a população da Amadora vai ter ou não vai ter e do nosso ponto de vista com esta proposta que o Governo se prepara para avançar esse principio e esse direito fundamental dos cidadãos vai estar claramente atingido e do nosso ponto de vista isso justifica da parte da Assembleia Municipal que haja, que seja promovido um debate público e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

portanto consideramos que é uma matéria de grande complexidade e portanto não estamos, nem queremos apressar aqui, neste momento, uma discussão sobre esse assunto, consideramos que a Assembleia Municipal, que é matéria suficientemente importante para a Assembleia Municipal se debruçar sobre ela e fazer um debate profundo sobre ela, que para esse debate seja encaminhado o que resultar de um debate público local amplo e participado em que todas as pessoas possam contribuir. Muito obrigado.”-----

Senhor Deputado Rui Lourenço (pedido de esclarecimento): “É um pedido de esclarecimento ao João...”-----

Senhor Deputado João Serrano: “Senhor Presidente está a abrir um precedente.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Não, não, Senhor Deputado, eu peço imensa desculpa, o Senhor Primeiro Secretário está a presidir à mesa na sequência da intervenção do Senhor Deputado houve dois Senhores. Deputados que pediram esclarecimentos.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Não, há um Senhor Deputado que pede dois pedidos de esclarecimentos sobre as duas intervenções anteriores.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Não, há pedido de esclarecimento sobre a intervenção anterior, Senhor Deputado se não pediu para fazer um pedido de esclarecimento sobre a intervenção do Deputado que o antecedeu não lhe posso dar a palavra.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Sim, mas não podia fazer, mas o Senhor Deputado pode fazer até vinte que tenham feito anteriormente, é um problema do Senhor Deputado que fez, mas não pode...”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “É sobre a condução dos trabalhos.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Sobre a condução dos trabalhos pode desde que seja uma interpretação do Regimento diferente da minha.”

Senhor Deputado Carlos Almeida: "O Senhor Presidente o que se passou foi o seguinte."---

Senhor Presidente da Assembleia, "Já percebi, sobre matéria de facto já percebi."-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: "Não sei se percebeu."-----

Senhor Presidente da Assembleia, "Percebi, percebi, percebi perfeitamente Senhor Deputado."-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: "Mas eu vou repetir de qualquer maneira se me permite, o Senhor Deputado Ismael Pimentel fez uma intervenção, o Senhor Deputado João Serrano fez um pedido de esclarecimento a essa intervenção que a mesa por lapso não tomou."-----

Senhor Primeiro Secretário, "Não é verdade, não é verdade, foi à sua intervenção, à intervenção do Senhor Carlos Almeida."-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: "Posso, que a Mesa por lapso não tomou nota e o Deputado João Serrano há pouco antes de vir aqui falar disse exactamente isso, antes quando o Senhor Primeiro secretário deu a palavra ao Senhor Deputado João Serrano disse eu já, o Senhor Deputado João Serrano tinha feito um pedido, eu já tinha pedido um pedido de esclarecimento à intervenção do Senhor Deputado Ismael Pimentel só que o Senhor Primeiro Secretário não tomou nota, por lapso acontece a toda a gente, foi isto, posso acabar?... (mudança de lado da cassete) ... não deu-me a palavra entretanto a mim porque eu tinha pedido para intervir e na sequência da minha intervenção o Senhor Deputado João Serrano vem aqui fazer um pedido de esclarecimento à minha intervenção que foi imediatamente anterior e à intervenção do Senhor Deputado Ismael Pimentel sobre a qual tinha pedido para fazer um pedido de esclarecimento e que o Primeiro Secretário não tinha, por lapso atendido, factualmente foi isto que se passou."-----

Senhor Presidente da Assembleia: "Dou a Palavra ao Senhor Primeiro Secretário, porque como não estava cá, não conheço a primeira parte."-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Primeiro Secretário: “Já percebi Senhor Deputado e a questão é muito simples, obviamente, é um lapso mas é assim, eu quando estou aqui e vejo um Senhor Deputado levantar um braço eu assume que é um pedido de inscrição e foi isso que eu disse ao Senhor Deputado João Serrano quando lhe pedi desculpa de não lhe ter dado a palavra porque aliás inscrevi aqui o Senhor Deputado João Serrano e não o escrevi como pedido de esclarecimento, de maneira que naturalmente haverá um lapso mas eu não consigo decodificar o sinal de levantar o dedo, aquilo que eu peço aos Senhores. Deputados é que digam quando for um pedido de ...”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem, ó Senhor Deputado Carlos Almeida eu peço-lhe imensa desculpa, já percebi que V. Exa. está a advogar em nome do Deputado João Serrano, mas o Senhor Deputado João Serrano não necessitou, muito bem mas já percebemos. Ó Senhor Deputado já percebemos isso mas o que eu estou a dizer é que o Senhor Deputado João Serrano era a única pessoa que podia arguir perante a mesa a má condução dos trabalhos e ele não arguiu e portanto está sanado o erro, bom dou a palavra agora ao Senhor Deputado Rui Lourenço, tenha a bondade Senhor Deputado.”-----

Senhor Deputado Rui Lourenço: “Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores. Vereadores, caros e caras colegas, eu trazia hoje a este Período Antes da Ordem do Dia, um problema de bem a propósito justiça ou injustiça na forma como as autarquias são tratadas hoje em dia nos meios de comunicação social isto a propósito da divulgação dos primeiros dados relacionados com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de dois mil e cinco que foi patrocinado e promovido pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, isto a propósito dos grandes títulos dos jornais que dizem qualquer coisa do género passivo das Câmara chegou aos seis, cinco mil milhões dois terços dos municípios não tem meios suficientes para liquidar as suas dívidas e por aí adiante, portanto os impropérios tem sido generosos ou injustos com as Câmaras Municipais, esquecendo o facto, embora na nossa casa nós por acaso até fomos bem tratados, porque a Câmara Municipal da Amadora, isto é a nota positiva dos primeiros dados, é que a Câmara Municipal da Amadora tal como nós prevíamos e esperávamos aparece num honroso terceiro lugar em termos de liquidez e solvabilidade, o que não surpreende nenhum dos Deputados desta casa porque nós já vamos assistindo ao longo dos anos aos excelentes relatórios da

Câmara Municipal da Amadora e excelente execução financeira que temos assistido nos últimos anos, de qualquer forma eu penso que as Autarquias não têm sido bem tratadas nos jornais porque confundem muitas vezes, na análise que é feita dos jornalistas que normalmente procuram o destaque e a sensação e esquecem-se muitas vezes, aliás basta ver as notícias do dia vinte e sete de Junho que muita da expressão do endividamento que foi feita pelas Câmaras Municipais nos últimos anos foi em programas de realojamento de habitação social, e não se deve confundir o que é endividamento feito para construir habitação social e o que é o serviço da dívida, o que nos preocupa nas Câmaras Municipais é evidentemente o serviço da dívida e a dívida a fornecedores isso é que preocupante e nós conhecemos bem o que se passa com a Câmara Municipal de Lisboa, não é uma questão de incapacidade financeira de resolver o problema é uma questão de insolvência e de liquidez de curto prazo, e é por isso é que no meio das notícias que têm surgido esta semana, eu pedia um bocado de silêncio se fosse possível, eu sei que o tema não é o mais animador depois do tema que nós corremos, mas acho que é importante a forma que os municípios têm sido tratados, e eu gostava de reforçar no meio desta semana em que surgiram estes dados da situação financeiras dos municípios alguns dos dados são realmente preocupantes que é o facto de só setenta por cento dos municípios aplicarem o POCAL de forma integral, mas desta confusão de notícias esqueceu-se por exemplo de alguns dados que foram que saíram na Imprensa em letras pequeninas nos chamados quadrados que ninguém lê, e por exemplo as Autarquias e as Empresas Municipais representam, hoje em dia, cerca de três virgula um por cento da população da população activa, é um dado conhecido também por todos que o investimento que é feito directamente pelas Autarquias e pelas Empresas Municipais tem efeito multiplicador muito mais elevado do que todos os investimentos que são feitos pela Administração Central, é factor que se tem que ter em conta e também quando se fala no despesismo e na contribuição das Autarquias para o défice das contas públicas é preciso ver que estamos a falar de uma ou duas décimas de um ponto percentual e é também não foi realçado devidamente nesta semana que as Autarquias reduziram o seu endividamento líquido de um ano para o outro em cerca de 500 milhões de euros, portanto o seu a seu dono, é evidente que há situações menos positivas na execução e na gestão das Autarquias Locais mas não se pode mesquinhar nem menosprezar o papel que as Autarquias Municipais têm tido nos últimos trinta anos na elevação no nível da qualidade de vida das populações, e penso que é isso que deve ser relevado porque nós como autarcas temos a obrigação moral de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

defender o que é justo e realmente o trabalho que tem sido feito pelas Autarquias têm nos últimos dias servido um bocado nos últimos dias para esconder o resto que se passa na Administração Central, se há algum défice nas contas públicas o grande responsável é a Administração Central e não as Autarquias independentemente dos problemas que as Autarquias têm tido de gestão e que realmente devem ser criticados, mas não passemos do oito para o oitenta, disse.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita** (pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente, eu faria o meu pedido de esclarecimento com uma pequena introdução, várias notas que sublinhava nesta excelente intervenção do Senhor Deputado, primeiro é que em doze anos de Governo em Portugal, nove foram do Partido Socialista, portanto o problema de défice foi criado pelo Partido Socialista o Senhor Deputado aqui o reconheceu, segunda nota eu percebo o tom desse discurso mas confesso que de facto, e aqui falo contra mim, se há Câmara onde esse discurso não deva ser tido e se há Câmara onde esse problema não exista de facto é a Câmara da Amadora, mas pronto eu percebo o tom do discurso e aqui até tenho que fazer, dar uma pequena ajuda à Câmara da Amadora, a segunda tem a ver com Lisboa e é aqui que vai o pedido de esclarecimento, eu acho que todos nós temos assistido nos jornais várias discussões e várias conversas tidas à volta da Câmara Municipal de Lisboa e temos verificado em vários jornais e várias publicações que no caso particular da Câmara de Lisboa a ilustração que é feita da forma como aquela dívida foi contraída é clara quanto aos verdadeiros responsáveis e curiosamente e apesar de serem agora esses que vão ser penalizados e serem esses que nos últimos tempos tem sido penalizados, os grandes responsáveis da dívida são efectivamente o Partido Socialista, eu não discuto a forma como essa dívida foi feita porque efectivamente essa dívida foi feita com bons fins, mas basta ver, basta estudar e basta tomar atenção àqueles jornais que o Senhor Deputado aqui trazia à coação para verificar que o grande responsável chama-se Partido Socialista e os anos de ouro do Senhor Presidente João Soares.”-----

Senhor **Deputado Rui Lourenço** (resposta ao pedido de esclarecimento): “É sempre com muito gosto que eu tento esclarecer o Deputado Luís Guarita e realmente não me lembraria de trazer o exemplo da Câmara Municipal de Lisboa para aqui porque realmente é um mau exemplo e ao contrário do que o Senhor Deputado referiu o problema de endividamento da

Câmara Municipal de Lisboa, aliás se tivesse se calhar pelo barulho que estava aqui não ouviu, o problema da Câmara Municipal de Lisboa não é o endividamento que o Senhor está a referir, não tem a ver com empréstimos bancários, tem a ver com dívidas a fornecedores é aí que está a corda na garganta da Câmara Municipal de Lisboa, é verdade, o problema é que todos os fornecedores vão à Câmara Municipal Lisboa voltam na mesma, de bolsos vazios, o problema é exactamente esse e relativamente às contas públicas.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita: Não se percebe o que diz.-----

Senhor Deputado Rui Lourenço: “Não é Senhor Deputado, sabe bem que não é, eu percebo que tenha que defender a sua A.M.A., mas não é, aliás se tiverem atentos às intervenções do Senhor Professor Carmona Rodrigues são elucidativas, ele ainda não percebeu exactamente qual é o problema com o não vou poder pagar a ninguém, mas pronto isso é normal ele coitado passou por lá e não sabe bem porquê, aqueles E.T.’s que passam pela política, mas relativamente ainda às contas públicas para esclarecer uma vez que disse que o PS é que teve lá doze anos é que é o grande responsável pelas contas públicas, eu posso lhe dizer que é assim, enquanto o Eng.º António Guterres foi Primeiro Ministro deste país teve sempre uma evolução positiva das contas, posso lhe dizer claramente, claramente, claramente, claramente, claramente, claramente, claramente, claramente, e digo-lhe sinceramente que é o que eu acredito sinceramente é o grande responsável pelas contas públicas e um dia vai-se escrever isso e vão referir a verdade quem realmente trouxe as contas públicas para o nível a que chegamos realmente desastroso e com um interesse político, com interesse político manipulou as contas para chegar ao défice que pretendia foi a Dra. Manuela Ferreira Leite, foi a Dra. Manuela Ferreira Leite.”-----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Muito obrigado Senhor Presidente, o Senhor Deputado Rui Lourenço veio aqui dizer-nos que de facto as Autarquias não têm tido uma boa Imprensa, não têm sido reconhecidas na Imprensa e nessa matéria eu de facto devo reconhecer que se calhar as Autarquias têm um bocadinho a aprender com o Partido Socialista em matéria de controle da Imprensa porque de facto o Partido Socialista acaba de se sentar em cima de três televisões e de facto assim é mais fácil e se calhar aí nessas matérias as Autarquias têm um bocadinho a aprender com o Partido Socialista. Mas a minha tem a ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

basicamente com três questões, duas muito pequenas, duas pequenas questões, uma um bocadinho maior, rapidamente Senhor Presidente, com a sua pequena tolerância, primeira tem a ver com o calvário das obras na Av. Fernando Piteira Santos, nos Moinhos da Funcheira, aquelas obras duram há anos, há anos, abrem-se buracos, tampam-se buracos, fecham-se buracos, abrem-se manilhas aquela obra não pode ser tão anormal assim, aquela obra tem que ter um prazo de conclusão, o que eu perguntava é qual é que é o prazo de conclusão daquela obra, qual é que é o prazo de conclusão daquela obra. Segunda questão tem a ver com a sujidade nas ruas da Amadora que de facto está a atingir em algumas zonas de facto níveis alarmantes e eu falo muito particularmente de uma coisa muito simples que é os moto cães, os moto cães, eu às vezes ando pela cidade à procura de um moto cão e não consigo encontrar um moto cão, encontro muitos dos objectos alvo da limpeza do moto cão cada vez mais, mas os moto cães eu não vejo, portanto eu pergunto o que é que se passa com esses equipamentos. Terceira questão esta um bocadinho maiorzinha tem a ver com uma matéria que eu já trouxe aqui várias vezes que é o silo automóvel do Bairro da Cometna, há 4 anos que eu comecei a falar nesta questão e lembro-me que há quatro anos o Senhor Presidente da Câmara disse que se o urbanizador de facto não pagasse a dívida que tem para com a cidade que é uma dívida de construção, que era uma obrigação desse urbanizador e já sabemos que não há garantias bancárias, não há, essas coisas não foram acauteladas, mas a verdade é que urbanizador continua sem cumprir as suas obrigações para com a cidade, e na altura foi-me dito que se isso não fosse feito que se avançaria com uma acção contra o urbanizador, quatro anos passados eu venho aqui questionar se de facto já entrou essa acção contra o urbanizador uma vez que essa dívida permanece e o urbanizador permanece de facto sem cumprir com as suas obrigações ao mesmo tempo que vai continua a urbanizar impunemente nesta cidade. Muito obrigado.”-----

Senhora **Deputada Maria Luísa Jubilado**: “Boa noite, vai por aí um grande alarido acerca de um possível ou não referendo que todos sabemos é uma das promessas eleitorais do Senhor Primeiro-Ministro, não percebo deve ser excepção senão reparem a meio do mandato onde estão cumpridas as outras promessas tais como cento e cinquenta mil postos de trabalho eu percebo quem acreditou hoje tem vergonha, mas há mais, baixaram as listas de espera ou continuamos a morrer sem ser operados a tempo, a reforma da saúde esperávamos morrer a caminhos dos hospitais pelas estrada do interior, a reforma do ensino continuamos a forma

analfabetos e por aí fora, como todas as promessas incumpridas o referendo ficará certamente para as calendas, como temos estado todos mudos acerca destes assuntos porque iriam agora deixar perceber o que se passou nesta cimeira, debatê-la e depois votar o novo ou velho novo tratado em consciência, coitadinhos, tristes, caladinhos, tristes desanimados, sem esperança, cadáveres adiados como dizia o poeta onde não se pode dizer uma graça sobre sua Excelência sem termos um processo em tribunal ou um processo disciplinar às costas, mas não somos todos iguais, porque apesar dos desmentidos ainda hoje tive, o eu nunca me engano e raramente ..., mesmo que fosse verdade não fazia mal a ninguém, e sempre pode quem quer negociar com terroristas, Zapatero sofreu as consequências e nós devimos tirar daí as respectivas elações, com a sua maioria absoluta, Mário Soares chamou-lhe ditadura, o PS faz o que quer, vem aí o Novo Código de Trabalho, quem se lembra deles na oposição quando foi um Código de Trabalho muito fraquinho, vem aí o reforço do poder do Partido deixando os reitores das universidades de serem eleitos mas sim designados pelo Governo, com a Comunicação Social salvo raras exceções quem se lembra deles na oposição, e ainda a colusão com o défice democrático o Governo eleito na Madeira ao menos podiam lá ir aprender como se governa e a favor do povo, ao menos podiam lá ir aprender como e governa a favor do povo.”-----

Senhor Deputado Carlos Jerónimo: “Não é fácil, às vezes não é fácil, não é que não é que não apetecesse, mas não é fácil e venho aqui tratar de uma questão menos polémica, mais terrena e verdadeiramente da Amadora, se não se importam porque às vezes trata-se aqui de questões realmente à Amadora dizem pouco ou quase nada e que por isso mesmo às vezes não tenham na nossa comunicação social quer a referência quer a pretensamente de referência por vezes, quer os jornais que não o são, não constitui de facto matéria relevante mas nós não queremos deixar de passar este tipo de questões em claro, o nosso grupo Municipal saúda mais um sucesso desportivo obtido pelo CNA no passado fim-de-semana, o CNA como sabe sagrou-se campeão nacional de Pólo Aquático pela primeira vez na sua história depois de três, de ter estado presente em três finais consecutivas desde dois mil e quatro, com esta vitória fecha-se um ciclo digamos que é o corolário de um percurso de sucesso já que o CNA tinha vencido entretanto todas as competições nacionais no âmbito da chamada Natação Pura, trata-se de um clube de referência da nossa cidade e do próprio país que a todos nos honra com as suas prestações competitivas quer a nível nacional quer no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

plano internacional, nomeadamente nos meetings em Portugal, realizados em Portugal e além fronteiras, atente-se só no facto de o CNA ter sido o clube que em dois mil e quatro nos Jogos Olímpicos de Atenas teve maior representação nacional de natação, aliás em dois mil e oito estou em crer estamos em crer e queremos acreditar que existem todas as condições para prosseguir este percurso de sucesso basta referenciar o nome de quatro atletas de referência nacionais, como a Diana Gomes, o Simão Morgado, a Filipa Silva o Carlos Almeida, por exemplo que ainda é júnior mas é um júnior de grande potencial, que não é exactamente o nosso querido amigo Carlos Almeida é mais jovem e mais competitivo em termos de natação, são potenciais candidatos a prosseguir este percurso e queria naturalmente deixar aqui uma inequívoca saudação muito sentida a todos aqueles que digamos proporcionam este mesmo percurso de sucesso, desde logo aos atletas, à sua dedicação, ao seu espírito de sacrifício, à sua vontade indómita, eu estive por exemplo o ano passado na final, e foi pena eu não termos ganho o ano passado, estive nas piscinas do Belenenses, no complexo das piscinas do Belenenses a assistir à finalíssima com o Salgueiros e dessa vez não conseguimos mas pode constatar de facto o espírito de sacrifício, o empenho, o esforço enorme de atletas amadores, que dignificam a cidade, o clube e o concelho, também naturalmente a competência e a capacidade de planeamento, o saber dos técnicos e também naturalmente a capacidade e o saber de liderar e de gerir um clube com enfim com condições financeiras e infra-estruturais complicadas, como sabemos, que é naturalmente muito bem liderado e gerido por um conjunto de dirigentes de que nos orgulhamos, naturalmente, e de que eu me orgulho pessoalmente, temos aliás aqui o Presidente do CNA, o meu querido amigo Alcides Matos, que é bem digamos a força motriz ou que tem sido com outros dirigentes do Clube ao longo de muitos anos, a força motriz deste clube, e queria deixar por fim aqui digamos o próprio CNA enquanto exemplo, ou seja depois de três derrotas consecutivas, creio que todas às mãos, salvo seja, do Salgueiros que foi durante doze anos Campeão Nacional de Pólo Aquático consecutivos, finalmente conseguimos fechar o ciclo e o que quer dizer que de facto isto é um exemplo que serve para todos nós na nossa vida pessoal, política, familiar, em todos os contextos e também para a cidade e o exemplo de que de facto, depois de três derrotas consecutivas finalmente chegamos à vitória o que nos diz a todos que verdadeiramente só é derrotado quem desiste de lutar. Parabéns ao CNA e que continue a honrar-nos com as suas prestações quer no plano nacional quer no plano internacional. Muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal: “Muito obrigado, Senhor Presidente, e Senhores, Deputados, e permita-me não vou entrar sobre a Câmara de Lisboa naturalmente podem estar descansados porque não costumo falar das outras câmaras, cada um bem sabe as dificuldades que é gerir a sua de maneira de não vou entrar nessa, isto não é o sítio próprio, não há aqui candidatos, não há televisões de maneira que sobre isso não vou falar, no entanto gostava de abordar algumas questões que foram colocadas aqui e tem a ver com o tribunal e a reforma do sistema judicial e é bom que também assumamos as coisas, há bocado o Senhor Deputado Carlos Almeida disse esse que é candidato a Lisboa, António Costa foi Ministro da Administração Interna e foi Ministro da Justiça, o que eu quero dizer é que o António Costa quando foi Ministro da Justiça fez uma coisa e assumiu um compromisso e trouxe para cá o Tribunal e pôs o a funcionar mesmo em instalações provisórias e assumiu um compromisso da construção, e o Senhor Deputado sabe e é bom que a gente ponha a verdade das coisas que não foi por ele que inclusivamente o terreno não foi feito a cedência logo, foi por outro colega dele Ministro mas não ele como sabe, todos sabemos o que se passou em relação a essa matéria nomeadamente quem tinha a tutela na área da Agricultura e foi essa naturalmente, eu próprio lhe disse que era um risco ele pôr aquela placa da forma como a pôs que até ao ano tal era provisório bom o que é certo é que o Governo mudou como o Senhor Deputado também sabe e quem vem a seguir, apesar de nenhum membro do Governo na área da Justiça me tivesse dito que não iria fazer o Tribunal da Justiça o que é certo é que se foi sítio onde era para ser feito ou pelo menos da parte do titular de quem tem poder para dizer este terreno é vosso façam o favor, bom e é evidente que eu próprio, como devem de imaginar, não estou perfeitamente à vontade de em relação a esta matéria opinar sobre a mesma e não ficar satisfeito por duas coisas, uma primeira em relação à reforma do sistema judicial porque uma das questões que nós verificamos sempre e toda a gente o dizia era a necessidade de haver um Tribunal na Amadora, um Tribunal que funcionasse nos diferentes juízos e nas diferentes áreas, porque toda a gente dizia que a Amadora entupia os tribunais de Lisboa e de facto não há nenhuma alteração do sistema e por isso não se compreende que agora a sua deslocalização para Sintra que é pior de acessos e de acessibilidades em relação às pessoas do que Lisboa, sobre isso vamos ser claros e por isso não tenho nenhum problema e também é par anão vos deixar com a bandeira sozinhos, porque a bandeira também tenho que a assumir e sempre assumi, essa questão do debate sobre a questão da reforma da justiça e sobre aquilo que deve ser um compromisso que tem que ser feito com a Amadora que é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

construção do Tribunal da Amadora, se não há condições financeiras nós esperamos, também não os vamos despejar do tribunal onde estão porque já o devíamos ter feito porque tem um prazo que já terminou, já podíamos ter feito uma acção de despejo ao Tribunal da Amadora dado que terminou o seu prazo de duração do ponto de vista do espaço que tem utilizado, e por isso é evidente que não, não ficarei enquanto presidente de Câmara naturalmente satisfeito e calado com esta questão e eu acho que a Amadora, a Câmara da Amadora e a Assembleia Municipal tem que, naturalmente, se pronunciar e tomar posição sobre a reforma do sistema judicial no que concerne em relação à redução e à tirada a um conjunto de juízos e não complemento de outros, porque aquilo que o João disse é verdade, houve juízos que não estavam aqui e estavam em Lisboa, o que é certo é que passou de Lisboa não para Amadora, porque também não tem condições vamos ser sinceros, mas para Sintra, e também não abduco do princípio e tenho dito nomeadamente ao Senhor Ministro actual da Justiça compreendendo a situação financeira, compreendendo isso tudo, compreendo que não temos também o desbloqueamento dos terrenos, não é, e também vos quero dizer que também podíamos avançar mais longe, até para não dizerem que não existem os terrenos e por isso não se pode assumir o compromisso porque embora os terrenos são de outro da outra parte ir mais longe e tive a oportunidade de falar já, nomeadamente com quem neste momento são os titulares dos terrenos no sentido de podermos demarcar qual é o terreno não só para o Palácio da Justiça mas para os Paços do Concelho e propor ao Governo nomeadamente a suspensão do PDM em relação a essa área específica para esse tipo de equipamento e dizer façam o favor agora já não têm desculpa podem lançar o concurso para a construção daquilo que é deles que é o Palácio da Justiça e daquilo que é nosso que é os Paços do Concelho, eu acho que essa é uma posição do meu ponto de vista porque nós não devemos abdicar daquilo que para nós sempre batalhamos ao longo de anos em relação a ter um Tribunal, não pela razão de ter um Tribunal mas pela necessidade e pelo problema que naturalmente aqui foi dito sempre por todos os sistemas que em relação àquilo que era ao agravamento do funcionamento dos outros tribunais por causa dos casos da Amadora como toda a gente sabe e penso que sobre essa matéria dizer que da minha parte como Presidente de Câmara estou nessa nota preocupado naturalmente e tomarei e acho-me é confortável também devo dizer que também houvesse em relação a essa matéria, não é uma questão que isso não me impeça de tomar posição, mas naturalmente é-me confortável que a discussão possa ser na Assembleia e que possa haver da parte da Assembleia um conforto em relação à posição que eu defendo sobre a não alteração

do sistema judicial no que diz respeito à nossa área específica e em relação à questão do compromisso que foi feito pelo Estado e continuo a dizer o estado é uma pessoa de bem independentemente de quem lá está em relação à construção do Palácio naturalmente quando houver condições para fazer, não se pode abandonar esse principio a partir de agora se alteramos, se temos a alteração do Sistema é evidente para quê um tribunal? Para quê um tribunal? Isto é um pouco o que tem a ver com o que Ismael Pimentel e o Carlos Almeida também disse e por isso não tem nenhum problema e não vejo nenhum drama e não estou aqui a dizer que a culpa é do António ou do Pedro, é uma realidade nós temos que analisar e temos que analisar numa perspectiva daquilo que são os interesses do Concelho da Amadora e das pessoas que aqui vivem.-----

Bom sobre outra questão que colocou o Luís Guarita dizer o seguinte: e a aproveito Luís Guarita e João Paulo Castanheira, o Luís Guarita não tanto não falou nos moto cães mas falou na limpeza, eu tenho pena e digo isso e esperava que o conjunto dos Presidentes de Junta que aqui estão e pelo menos estava cá há pouco, pelo menos sete que eles próprio tivesse saltado em relação a esta matéria, quero dizer com toda a franqueza, porque eu acho que é injusto, nós sabemos que existem problemas de limpeza na cidade, nós sabemos aquilo que temos na cidade, nós também sabemos a falta de civismo e respeito que temos nesta cidade, mas que se possa dizer que a cidade está pior do que estava não aceito esse princípio, porque não está, pode estar pontualmente um dia ou outro mas não está porque tem havido um esforço, um esforço concertado entre a Câmara e os Senhores. Presidentes de Junta em relação a esta matéria e é injusto que se diga dessa forma quando no passado as coisas estiveram muito piores quando não havia entendimento nem havia colaboração entre a Câmara e as Juntas de freguesia, e por isso acho estranho, lamentável até essa forma como foi dirigida aos Presidentes de Junta porque são eles neste momento, grande parte daqueles que colaboraram na questão da limpeza, nomeadamente na varredora, sobre a questão do moto cão, dizer que neste momento temos dois moto cães, e aquilo que diria ao Deputado João Paulo Castanheira, pedido ao Senhor Vereador naturalmente que possa fazer chegar ao Senhor Deputado qual é a tonelagem recolhida pelos moto cães, e pode dar-lhe de um ano para nós percebermos qual é a evolução e nós percebermos essas quantidades, mas é só para percebermos sobre a evolução se há diminuição, e por isso acho que era bom dar-lhe isso para termos essas nota, para termos essa noção também para termos do ponto de vista das zonas que são actantes, é óbvio que com a quantidade de cães que existem com a falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

respeito, não dos cães, mas dos donos dos cães, não há moto cão que resista era preciso um camião cão se calhar, e por isso é preciso a gente ter essa noção a vida é assim mesmo, mas enfim.-----

Bom outra questão, que há bocado o Luís Guarita colocou que tem a ver com a questão das bandas sonoras na Estrada da Serra da Mira, então não é bandas sonoras é painéis sonoros, é por causa de evitar as altas velocidades na Serra da Mira que o Senhor Deputado penso que é isso, o que naturalmente pedia ao Senhor Vereador porque dificilmente nos na Estrada Serra da Mira podemos colocar bandas sonoras que sabemos bem o problema que existe depois das pessoas poderem dormir. Ou foi o que me explicaram mal..." (interrompe o Senhor Presidente da Assembleia)-----

Senhor Presidente da Assembleia: "Senhor Presidente pode continuar o Senhor Deputado dar-lhe-á os esclarecimentos, a não ser que o Senhor Presidente ache que para a resposta dele que seja conveniente escutar o Deputado.-----

Retoma o orador: "Aquilo que eu percebi, que perceberam os meus colegas aqui é que a questão tinha sido colocada atendendo a que há um conjunto de problemas, e houve acidentes até, a alta velocidade, que abalroaram seis carros na Estrada da Serra da Mira e que como tal era preciso colocar era preciso redutores de velocidade, bom e é essa a questão se é questão de redutores dificilmente vamos colocar redutores tendo em conta que eu sei os problemas que isso cria às pessoas para dormir, sobre as questões de velocidade é a tal coisa mas aquilo que era importante e que temos colocado algumas vezes tem a ver com algumas sinalização que de alguma forma serve, serve, enfim de aviso que algumas pessoas respeitam e há outras pessoas que não respeitam, mas isso tanto faz ter semáforos como ter redutores de velocidade, como ter aquela questão que hipoteticamente poder accionar a multa se passar a mais de 50, porque há os loucos que passam de qualquer maneira, independentemente de todas as maneiras que existem, bom mas como digo enfim temos procurado, temos sido acusados de ter muitos semáforos e isso provoca redução de velocidade e é uma chatice e temos tido essa acusação de alguns, de alguns casos em que isso acontece e de maneira que aquilo que procuramos é em relação às questões garantir a sua segurança e naturalmente também garantir as questões de circulação.-----



Sobre a questão do Parque Aventura, duas notas uma primeira a tal questão da tal represa de retenção de água, a represa existe porque nós estamos naturalmente a limpar aquilo que tem a ver com as lagoas e como tal tem que haver retenção de água, porque senão não podemos limpar as lagoas com base na água que lá está, ó Senhor Deputado se não é verdade então o Senhor entende estamos a selar porque nos apetece fazer retenção da água, não estamos a limpar, não há obras, ah não é isso que lá está, ou o Senhor explica mal ou alguém me explica mal as coisas, há aqui uma deficiência de comunicação entre as pessoas naturalmente, então já não vou responder, se calhar é melhor não dizer outra coisa, porque se calhar não era isso que queria dizer e de maneira que é melhor eu não responder porque também não disse, ia falar sobre a Casa de Malta, mas também não vale a pena, porque se calhar não vou isso que disse, também não era isso que queria explicar e portanto também não vou dizer.-----

Sobre o calvário das obras da Fernando Piteira Santos, ó Senhor Deputado eu devo-lhe dizer que naturalmente é um calvário, mas há bons calvários e maus calvários, Senhor Deputado pior do que para subir aquele calvário sabe o que é que foi era uma cruz que lá estava, não era bem cruz era um posto enorme, não, não quanto demorou, o Senhor Deputado sabe bem quanto tempo, tempo, tempo, tempo a fio demorou para que a EDP e a REN pudessem tirar aquele poste e depois sabe que tivemos que fazer naturalmente todo o sistema de saneamento de um lado da via e depois passamos para o outro lado da via, eu ainda ontem lá passei, e há uma coisa que eu vejo a obra não está parada como Senhor Deputado sabe está em andamento estão na fase de acabamento, inclusivamente já fizeram as drenagens de um lado contrario e estão na fase de acabar aquilo que tem a ver com os lancis e os passeios no sentido de depois colocar, é evidente, ó Senhor Deputado eu não vou dizer a data e sabe porque é que eu não vou dizer a data, não dou, Senhor Deputado vamos ter a data no final do ano, fica satisfeito, é que assim não falho, pronto se quer a data, sei lá, Senhor Deputado há coisas que eu não, também não vou dizer não vamos ter aquilo pronto nas vésperas das eleições o Senhor pode estar descansado por isso temos tempo, mas seguramente até ao final do ano e não correr riscos nenhuns estará naturalmente aquilo pronto pintado e a funcionar em pleno, agora é óbvio que estas coisas são o que são a obra está a ser feito, acho que é uma boa obra, quero-lhe dizer e acho que fica um bom espaço e uma boa intervenção e ainda vamos ter que fazer outra intervenção vou lhe dizer já, para evitar porque de facto aquilo torna-se uma grande pista tem uma largura enorme, com o pavimento novo vai ficar uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

grande pista, estamos a equacionar ali poder fazer algum elemento que possa também cortar a própria circulação mas isso será numa segunda fase não será nesta fase agora.-----

Sobre a questão do silo automóvel, do silo da Cometna, eu por acaso e digo com toda a franqueza e o Senhor Deputado também sabe isso, aliás os Senhores. Deputados todos sabem isso, que o silo devia ter sido construído, devia haver uma garantia bancária e até devia quero-lhe dizer que se calhar o silo depois de construído ser entregue à Câmara porque aquilo que se passa é que aquele estacionamento não é estacionamento que o construtor ou urbanizador resolveu fazer porque queria fazer mais ofertas de estacionamento mas é estacionamento que fazia falta em relação àquilo a ver com a altura do PDM de um lugar por fogo com o cumprimento do PDM em relação ao estacionamento na superfície 1,5 e aquilo que foi feito foi tornar aquele espaço um equipamento aquilo é um silo e mais um equipamento não sei se sabe tem mais uma área comercial que faz parte do loteamento e por isso há duas caves de estacionamento e depois há uma outra cave e há um rés-do-chão que são aéreas comerciais e que não existem nem nenhum prazo para o cumprimento, nem existe nenhuma garantia bancária, nem nenhuma reserva de propriedade, sequer e de maneira aquilo que tem sido a nossa função tem sido procurar essa questão, e encontrar não encontramos nenhuma forma, podia haver alguma informações ou outras coisas, mas não existe nada, a garantia bancária que o Senhor Deputado sabe que existia é uma garantia bancária que tinha a ver com duas ou três coisas tinha a ver com os arranjos dos passeios e plantar aquelas espécies de árvores que lá existe, que o Senhor Deputado sabe, tudo o resto não havia e por isso não estava nenhuma cobertura em relação ao silo, nós temos procurado que as pessoas a bem possam fazer a construção do silo e inclusivamente temos tido alguns problemas com algumas pessoas ali, nomeadamente uma das lojas que está ali ao lado não é em que pessoa propriamente também coloca dificuldades porque comprou as lojas e não pode limpar as montras, tendo em conta que existe um buraco e por isso a Câmara tem duas soluções, dado que não tem nenhuma garantia bancária e por isso e apesar no alvará está a feitura desse equipamento no qual também inclui esse silo a Câmara tem duas soluções, uma delas é era meter uma acção e o tribunal dará razão ou não, quando der, outra dela era a Câmara se puder substituir uma dificuldade o terreno não é dela, por isso tinha ainda que fazer primeiro a posse do terreno e como é que isso era, e por isso Senhor Deputado para quando e o Senhor Deputado diz para quando uma acção conta aquela empresa é evidente que quem estava a tratar do processo também saiu, a vida tem desta coisas, não é, por acaso é um bocado de

coincidência, mas havemos de encontrar uma forma, é um bocado de coincidência e eu depois posso explicar o porque é que é um bocado de coincidência, mas havemos de encontrar alguém que pegue nos documentos no sentido de intentarmos uma acção, dará resultado não dará, dará o tempo que der, mas pelo menos do nosso ponto de vista achamos que é uma obrigação não é uma questão de dizer nós estamos a tolerar é uma obrigação e acho que as pessoas têm que cumprir as obrigações que assumem, mas enfim.-----

Era estas notas e não sei se da parte do Senhor Deputado Luís Guarita há algumas questões mas se o Senhor Presidente lhe der naturalmente a palavra se não der também escolhe o Senhor Deputado como fará no Período da Apresentação do Relatório Escrito, o Presidente terá essa oportunidade, muito obrigado.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita (pedido de esclarecimento): “O Senhor Presidente para esclarecer o que eu disse e assumindo que a culpa é minha, na questão da represa, com o que eu aqui referi com a questão da represa tem que ver com uma intervenção de fundo que está a ser feita naquela ribeira e que foi feita muito antes destas obras que estão a decorrer agora de conclusão da obra inicial de ser feita, foi a colocação de duas manilhas do desvio do leito da ribeira para permitir que a água da ribeira fosse canalizada por aquelas manilhas e não pelo leito original e eu dei o exemplo, e sito é verdade e basta ir ver e eu dei o exemplo da represa para referir que eu acho que estamos a fazer tudo ao contrário porque ao colocarmos um Parque Aventura num local onde está um pequeno monumento que existe na Amadora em vez de duas manilhas tentarmos ser criativos ao ponto de por exemplo de baixar a profundidade do leito ali para permitir que a água circule de outra forma estamos a utilizar soluções que não fazem sentido nenhum em termos de conservação daquele património e o exemplo que eu dava da Casa de Malta que o Senhor Presidente da Câmara aqui não o referiu era também nesse sentido de perceber o que é que se está ali a fazer e se o que ali se está a fazer respeita algum coerente de conservação daquela património e é um alerta porque eu disse aqui e as actas vão testemunha-los que eu próprio me virei aqui retratar quando for caso disso se aquilo que eu digo aqui hoje e se aquilo que eu referi aqui hoje não for justo para com projecto que esta Câmara está a levar a avante, aquilo que lá está aos olhos dos cidadãos, aos meus olhos, é incoerente e não faz sentido basta ir ver mas eu aqui me virei retratar sobre esta matéria, deixe-me só concluir eu peço imensa desculpa, na questão eu não referi bandas sonoras na Estrada da Falagueira, o que eu pedi à Câmara e apelei ao Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Vereador e à Câmara em particular, é que procurassem ser criativos na resolução de um problema grave e o Senhor Presidente que é uma pessoa atenta, sensata e observadora destas coisas conhece estes problemas que é haver estradas e ruas na Amadora onde a circulação automóveis e os excessos de velocidade, que não são imputados à Câmara, são imputados à falta de cidadania das pessoas e eu utilizei um exemplo de um acidente que tinha ocorrido e que eu assisti, é que fossem criativos eu não sei se através de barreiras sonoras, eu não sei se através de lombas, eu não sei através de radares, eu não sei se que de forma, eu não sou especialista, eu observo os factos que ocorrem perante os meus olhos e apelei à Câmara para que fosse criativa isso está registado, e era aquilo que eu apelava a si, que procurasse encontrar soluções em ruas e em que foram vocês e eu percebo isso que alteraram a configuração dessas ruas para permitir aos cidadãos que se têm que deslocar na Amadora que o pudessem fazer de modo mais eficaz porque não havia alternativas, o caso da Estrada da Serra da Mira eu até disse é comezinho porque eu vivo lá, mas não é apelar a algo em particular não vela a pena ridicularizar a questão é apelar a que a Câmara seja criativa porque o que o foi e eu dei aqui o exemplo a Câmara foi criativa quando colocou os painéis de avisos de escolas.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito bem Senhor Deputado terminou o seu tempo.”----

Senhor Deputado Luís Guarita: “Não mas deixe-me só é a última questão, não é que há uma terceira questão.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Bom é sempre a última questão, tenha a bondade.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita: “É a questão, da limpeza eu não disse aqui que a limpeza estava pior, eu inclusivamente disse aqui que reconheço que há um reforço da Câmara, das Juntas, dos meios, naquilo que está à disposição das pessoas há uma melhoria nos elementos de recolha, eu falei nos Moloques o que eu disse e redigo é que há um problema de eficácia na recolha do lixo, há um problema na manutenção dos equipamentos e isso é que está em causa.”-----



Senhor Presidente da Câmara (resposta ao pedido de esclarecimento): "Muito obrigado, Senhor Deputado desculpe lá que lhe diga, enfim deu mais uma nota final e espero que não venha dizer que não foi isso que disse e pede para emendar outra vez e fazer um reparo que afinal está tudo bem, aliás teve a oportunidade e os Senhores Presidentes de Junta que aqui estão ficam satisfeitos porque afinal o Senhor Deputado disse que afinal está tudo melhor, há um reforço, há uma vontade, há uma melhoria, enfim mas dizer em relação a uma coisa que disse, o que pus em causa foi a questão da recolha, o Senhor Deputado permita-me um a expressão mas a recolha do lixo piorou, a recolha do lixo, não piorou, antes pelo contrário e aí podemos aí sim o Senhor Vereador faça o favor de fazer chegar os números ao Senhor Deputado, os números todos, não só do lixo tradicional, mas em relação aos diferentes, os reciclados e aos outros, bom e quais são os meios e quais são a capacidade de resposta que temos, não, não, nós recolhemos lixo, o Senhor Deputado não venha com essa história que não é no tempo, que não é no tempo em que bastava uma greve na Central, já não estou a falar da greve dos funcionários para que houvesse lixo por todo o lado, os caixotes abarrotados em lixo, não para já temos uma capacidade de recolha diferente de deposição e de recolha, ou seja, e eu acho Senhor Deputado digo-lhe agora não vou fazer política barata que não sou candidato à Câmara de Lisboa, porque se fosse faria naturalmente aproveitaria é uma vergonha aquilo o só Senhor Deputado dizer que os trabalhadores desta Câmara não fazem um bom trabalho na limpeza, claro que fazem muito sacrifício e recolhem lixo todos os dias, não lixo que fica recolher no dia seguinte, não há, mas se o Senhor Deputado dizer assim há problemas do ponto de vista de haver lixo nas ruas espalhado não tem a ver com a recolha de lixo estamos a falar da questão da higiene urbana não estamos a falar da recolha de lixo, são duas questões diferentes, bom e aí, bom afinal Senhores. Presidentes já não é verdade aquilo de há pouco ah, pronto, as varredoras são de quem? As varredoras estão cedidas às Juntas de freguesia, então? E porque é mau tenho pena que não tenha mais para dar a eles, e o esforço que têm feitos os Senhores. Presidentes de Junta e o trabalho quero-lhe dizer que é notável agora nós temos uma questão que é assim, ainda ontem e hoje eu passei nalguns sítios, menos a Venteira sim, a Venteira a responsabilidade do mau lixo é da Câmara, não é dos Senhores. Presidentes de Junta, exactamente não aí tínhamos que pôr vinte e quatro varredoras e mais dez mãos, etc. ó Senhor Deputado não vale a pena nós brincarmos com coisas essa o Senhor sabe bem que problema da Venteira não há condições objectivas para que o serviço funcione, de maneira que não vale a pena, bem eu não vou entrar nessa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

discussão, o que eu acho é assim nós temos alguns dias em que de facto, tendo em conta, ontem eu vinha a passar, numa das zonas que permanentemente está limpa e que eu vejo, e honra seja feita uma das zonas onde eu passo sempre muito é a Freguesia da Mina, e o Senhor Deputado sabe que nós vimos duas varredoras todos os dias a trabalhar na Mina, bom passado uma hora de estar tudo limpo parece que não tinha lá passado nada, é uma coisa impressionante, papel, jornais, tudo ... (mudança de cassette) ... Senhor Deputado, por acaso só agora reparou que a Casa de Malta não está como o Senhor Deputado acha que devia estar. Eu tive a oportunidade de acompanhar a obra da Casa de Malta, de reagir da forma como foi rebocada a parte exterior da Casa de Malta, porque vi que dentro havia duas salas que estão como deviam estar, com pedra natural, e estão bem inseridas, mas reagi perante aquela forma, mas como é evidente foi um técnico que decidiu daquela forma e eu próprio fiquei com os cabelos em pé. E aquilo que me apeteceu, e ainda há-de acontecer um dia é mandar tirar todo o reboco que foi feito, porque mesmo que digam que era assim que estava, a mim não me interessa o que estava no passado. Do ponto de vista do que é a beleza de uma casa, daquele estilo, merece ter da parte de fora aquilo que tem da parte de dentro em relação a algumas paredes. E não é em todas, porque há paredes que não tem continuidade mas pelo menos uma parte substancial está em pedra, do ponto de vista até da época em relação à casa. Sobre a questão das manilhas, bom, foram colocadas duas manilhas, mas não para encanar a ribeira, não é para desviar o leito. É para se houver um aumento da intensidade do caudal, ele para não ir para a estrada, o leito entra na manilha e é desviado. Só actua quando existe um aumento do caudal. Não fui eu que mandei fazer. Esta é a explicação técnica que me foi dada. Sobre a questão do poder de criatividade, Vereador Gabriel tem muito, por vezes vocês até o acusam que ele tem demais, de maneira que Senhor Vereador, dê azo à sua criatividade e veja se encontra outra forma que não seja esta para resolver este problema não só aqui neste mas também em outros sítios. Há uma coisa que eu gostaria que evitasse, por exemplo, é que alguns entram pelas rotundas a meio e outros que, onde há um candeeiro muito direito e de repente o candeeiro já lá não está, etc., etc. Se conseguir ter criatividade suficiente para além daquela que tem tido, a população agradecia e o património municipal também agradecia seguramente.”-----

-----VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Apreciação, e votação, nos termos da alínea s) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Vigilância da Quinta dos Condes da Lousã - Descentralização para a Junta de Freguesia da Damaia” (Proposta n.º 147/2007)*”.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta.

Senhor Presidente da Câmara: “A proposta está clara. Na Comissão esta questão foi explicada. Por isso ela fala por si.”

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições.

Senhor Deputado Paulo Torres: “Boa noite. Independentemente de qualquer reparo ao protocolo ou aos fins que pretende atingir, penso que em termos de forma há uma pequena falha poderá dar azo a que nalguma acção de fiscalização que possa incidir sobre a actuação da Câmara Municipal possa levantar alguns problemas. O protocolo está feito exactamente como se fizesse um contrato de prestação de serviços de vigilância, com a única diferença de que se chama protocolo de descentralização. Espero que não cause qualquer problema mas da forma como isto está feito é como se fosse um contrato com qualquer empresa de vigilância privada para mediante uma verba ter um vigilante e fazer o controle de acessos. Penso que o que se pretende com a descentralização da gestão de edifícios públicos não é exactamente fazer a descentralização parcelar de cada uma das actividades, dos pontos que corresponde a isso porque no limite isso poderia levar por exemplo à descentralização dos serviços da limpeza de qualquer edifício municipal ou até do fornecimento do papel de fotocópias. Feito nestes moldes, provavelmente fazia mais sentido dizer que até ao início das obras seria a gestão do edifício que não tem gestão nenhuma, excepto salvaguardar o existente ou seja, impedir que pessoas não autorizadas tenham acesso e possam destruir o que lá existe e ficar entregue à Junta de Freguesia e não uma coisa tão específica que só falta dizer qual é a equipa de vigilantes que tem que lá estar. Só isso, muito obrigado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado António Carixas: “Muito obrigado, Senhor Presidente. Naturalmente fomos informados e esclarecidos na reunião da comissão e estamos de acordo com esta descentralização. É de realçar a colaboração prestada pela Junta de Freguesia da Damaia, por parte do Senhor Presidente, o que salientamos. Compreendemos o enquadramento da situação de emergência, compreendemos também e dissemo-lo na comissão que isto de certa forma é uma ratificação do documento em si, porque a vigilância está a ser feita desde o dia um de Abril de dois mil e sete, portanto estamos aqui a fazer uma aprovação à posterior. Mas nós compreendemos que o enquadramento e esta necessidade, mas a nosso pedido para falar prende-se com uma questão também importante para nós, que é a seguinte, é importante preservar o património, e hoje foi aqui falada a Casa de Malta como um dos exemplos, mas gostaríamos de saber o que está previsto. As obras têm um objectivo, mas também deve haver um objectivo cultural, isto é, devemos defender e preservar o património, mas também valorizá-lo e a valorização tem muito a ver com o programa da própria Casa, programa cultural. Qual é esse programa? O que está previsto para aquela casa? Muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Em relação à questão jurídica colocada há pouco sobre se a Câmara não está aqui a cometer alguma ilegalidade na hipótese de ser confrontada com algumas questões. Dizer que o protocolo teve por base o parecer de juristas, cada jurista tem uma opinião e vale o que vale. Se pedirmos uma análise a dez juristas, temos dez opiniões diferentes. Não sei o Senhor Deputado tem essa formação jurídica, mas se tiver assenta que nem uma luva. Mas dizer o seguinte, o que se trata, nós não estamos a contratar uma empresa de segurança, porque se estivéssemos a contratar uma empresa de segurança, a Câmara faria ela naturalmente a contratação. Não é isso que estamos a tratar, nós estamos a continuar um trabalho que estava a ser feito pela Junta de Freguesia no âmbito de um programa, que entretanto deixou de haver disponibilidade financeira para esse efeito, porque acabou. E pretende-se continuar com alguém que tem uma vantagem, que além de guardar a casa, conhece a casa, sabe os cantos todos à casa, sabe onde estão as coisas todas e tem preservado, não só a segurança da casa bem como evitado o desaparecimento de um conjunto de peças. Isto é mais do que isso e por isso é que o Senhor Deputado se for à cláusula quinta verifica isto mesmo. E é por este facto que nós fizemos o protocolo com a Junta de Freguesia, caso contrário, tínhamos recorrido à segurança que temos contratado para outras instalações. Penso que sobre estas questões o Senhor Deputado está esclarecido. Sobre a questão que o

Senhor Deputado António Carixas coloca, é evidente que a Quinta e o Palácio terá uma vocação, com é óbvio, agora não vou fazer recuperações com base naquilo que vou lá fazer futuramente. O que nós resolvemos foi que o palácio adquira aquilo que era a sua traça e a sua forma inicial. E por isso mesmo temos os IPPAR, e este instituto validou o projecto. E depois naturalmente iremos ver que valências culturais é que se vão adequar em relação àquele espaço, muitas, seguramente e o Senhor Deputado terá oportunidade depois de ver. Mas não podemos, do meu ponto de vista, porque estamos a preservar um património, acho muita coisa que mesmo nós próprios não tínhamos a noção do que lá estava, e por isso, adjudicámos um trabalho a um conjunto de historiadores que foi mais longe, nomeadamente ao tipo de edifício da época e detectou que ali coisas que foram acrescentadas, detectou por exemplo que existem pinturas por baixo de reboco, que nós também não sabíamos, mas que naturalmente as características daquele tipo de edifício, na época, e aquilo que vamos recuperar, assim como o próprio jardim, é tentar recuperá-lo o mais fiel daquilo que era e depois teremos que temos que encontrar daquilo que são as nossas actividades culturais em relação ao próprio espaço. Mas irá permitir um conjunto de actividades de âmbito cultural e social. E para isso, primeiro preservar, recuperar e em conjugação também aproveitar, do ponto de vista, das actividades culturais e de eventos sociais. Não vamos fazer a recuperação de acordo com o tipo de iniciativas, as iniciativas é que têm que se adaptar às características que a casa tem, tendo em conta a recuperação que deve ter as características que tinha na época.”-----


Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito boa noite, Senhor Presidente. É só para referir que tanto quanto conheço e não sou especialista na matéria, a metodologia é exactamente ao contrário, e vou fundamentá-la, porque das duas uma, se a opção é preservar o que lá está, portanto, recuperar a traça, essa é uma opção que eu porventura partilharei com o Senhor Presidente, mas há que ter noção do seguinte. Esta opção significa que há coisas que já não se pode mandar fazer. Há outras que se poderão fazer e outras que não. Portanto a discussão tem que ser qual é o objecto, para que é que nós queremos a casa. Não pode ser ao contrário, porque de discutir para que queremos a casa, esta é a discussão. Senhor Presidente, podemos andar aqui, fazer até um colóquio sobre a matéria, a doutrina na museologia hoje é esta, Senhor Presidente. é primeiro investiga-se o que lá está levanta-se o que lá está e depois decide-se o que se quer fazer e em função do que se quer fazer, define-se a intervenção que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

se vai lá fazer. É em função do objecto que queremos realizar, que se decide o que é para preservar e o que não é para preservar. Se a opção é preservar tudo, há que ter a noção de que há certas coisas que já não vão lá ser feitas. Porventura não serão as mais urgentes, as mais necessárias ou as mais convenientes, mas essa discussão terá que ser feita à cabeça. Porque por exemplo, se queremos adaptar aquele espaço para um museu, a intervenção que for feita tem que ter definido qual o programa desse museu. Se nós queremos adaptar aquilo para um centro de exposições, a intervenção que vai ser lá feita, tem que ter em conta que aquilo vai ter que ter uma certa funcionalidade, para funcionar como tal, e por aí fora. Muito obrigado.”

Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Deputado, pode, no seu ponto de vista, ser essa a filosofia, A filosofia que eu defendo é contrária à sua. O que eu defendo é isto: nós comprámos a Quinta dos Condes da Lousã para recuperá-la de acordo com aquilo que era inicialmente aquela casa. E por isso fizemos um estudo e por isso encomendámos um conjunto de historiadores que foram estudar inclusivamente as construções da época daquele estilo. E fomos detectar que há um conjunto de questões que nós próprios não sabíamos e depois outra coisa, como o Senhor Deputado sabe, entrou o IPPAR. E como sabe o IPPAR obriga determinado tipo de materiais que sejam os mesmos que lá estavam. E não deixa fazer novas janelas, novas portas. Sabe isso, e portanto aquilo que nós temos de decidir é em primeiro lugar, recuperar a casa de acordo com aquilo que era a questão do traçado da época e com base nisso adaptar um programa tendo em conta a funcionalidade da casa. Nós, honestamente, já temos algumas ideias sobre o programa como deve imaginar. Agora, o programa não foi feito, primeiro e a intervenção na casa depois. Não. Foi feito, que tipo de intervenção vamos fazer no sentido de manter a casa com o traçado que tinha e depois, com base nisso, quais as actividades que se enquadram e podem ser feitas naquele equipamento. Naturalmente que algumas delas não podem ser feitas, como deve de imaginar, e se quer a minha opinião, eu próprio se tivesse de recuperar os Recreios da Amadora, não teria feito aquele tipo de intervenção. São questões de filosofia. É discutível, como é a sua Tanto pode ser de uma forma como pode ser de outra, agora a minha opção foi esta, primeiro pôr a casa e o jardim mais próximo possível daquilo que era e com base nisso adaptar um programa funcional do ponto de vista de actividades culturais e sociais, como é evidente. Porque aquele espaço é para isso, para actividades culturais e sociais. Há uma coisa que eu posso garantir, Senhor Deputado, não será o gabinete de nenhum vereador ou de nenhum departamento,



pode ter a certeza.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 30 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

2 – Apreciação, e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Plano de Pormenor dos Quarteirões 50 e 54, da Brandoa – Alterações*” (Proposta n.º 210/2007) ”.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações reuniu e analisou a proposta da Câmara e emitiu parecer, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiou da palavra.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.-----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 29 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

3 – Apreciação, e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Plano de Pormenor do Quarteirão 1 da Brandoa – Alteração*” (Proposta n.º 211/2007) ”.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que a Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações reuniu e analisou a proposta da Câmara e emitiu parecer, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiou da palavra.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 30 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Regulamento Municipal de Actividades Diversas – Alteração*” (Proposta n.º 278/2007)”.-----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Educação, Cultura e Desporto reuniu e analisou a proposta da Câmara e emitiu parecer, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara prescindiui da palavra.-----

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 30 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

5 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Informação Escrita do Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município*”.-----

Senhor Presidente da Câmara: “Vou ser muito rápido, porque acho que se pode encurtar o tempo de discussão para se passar ao ponto seguinte, que é muito interessante. Penso que a informação está toda no documento, se os Senhores Deputados quiserem colocar alguma questão, naturalmente responderei.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

Senhora **Deputada Sónia Batista**: “Boa noite a todos. Relativamente à informação do Senhor Presidente, tive pena que não tivesse referido as iniciativas do Amadora Educa e de Amostra de Teatro nas Escolas, uma vez que são iniciativas que envolvem todos os agrupamentos, todas as escolas secundárias, até jardins de infância e foram muito bonitas, pelo menos aquilo que tive oportunidade de assistir, e não há uma única referência. Por outro lado há referência à Assembleia Municipal Jovem, que também pude assistir e fiquei com uma dúvida quando li a informação do Presidente, que disse que foi organizada em conjunto com a Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal da Amadora. Enquanto membro da Assembleia Municipal não me lembro de ter sido, ou qualquer um de nós, ouvido para esta iniciativa. Por outro lado, uma vez que existe uma Comissão de Educação na nossa Assembleia, também não foram solicitados a intervir. Depois também em relação à própria Assembleia em si, a mudança de dia da iniciativa, do para a Quarta-feira acabou por não beneficiar em termos de público, que era essa a ideia inicial e que no ano passado tinha sido reiterada. Ou seja, o público ainda foi menor que o ano passado, não houve grandes intervenções e fiquei muito triste, confesso. Relativamente à própria Assembleia, com respeito aos funcionários da Assembleia, mas uma grande parte da Assembleia foi presidida ou coadjuvada pelo funcionário da Assembleia e isso não foi explicado aos alunos. Por outro lado, eu não sei como+e explicado aos alunos em termos de regimento, por várias vezes deu-me a sensação que os alunos queriam fazer pedidos de esclarecimentos e isso não lhes foi permitido. E não fiquei a perceber se na Assembleia Municipal Jovem o Regimento é diferente do nosso ou se não é passado esse regimento. Depois outro assunto que lá vem mencionado na informação escrita é sempre a Escola Intercultural das Profissões e do Desporto. A escola tem um trabalho meritório diga-se, no entanto, cada vez mais e atendendo às novas oportunidades, ao programa do Governo, senti que estamos a fazer alguma coisa em paralelo com as escolas do Concelho. Já uma vez tinha dito aqui que achava importante que fosse feita uma feira das ofertas educativas, porque estou a sentir nas escolas que não chega toda a informação disponível, uma vez que alguns programas da Escola das Profissões, são para bairros específicos, para a Damaia, Buraca, Brandoa, actualmente para a Boba, e sinto que não está a chegar toda a informação. Os POS não conseguem transmitir toda a informação aos alunos e suas famílias. Tenho dito. Muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado António Carixas: “Muito obrigado Senhor Presidente. Trazem-me aqui dois assuntos. Um tem a ver com o que se está a passar na estação da Santa. Cruz-Damaia, que tem a ver com a proibição do acesso público às instalações sanitárias, por parte da CP. Nós compreendemos perfeitamente a questão do vandalismo, que impede que estejam abertas as casas de banho, também actos de vandalismo impedem que os elevadores também funcionem. De qualquer forma aquilo que nos preocupa a todos nós, é de facto que haja estabelecimentos comerciais, penso que é de lei que tem de haver acessos às instalações sanitárias e de certa maneira, também isto está relacionado com questões de segurança. Aliás um morador, no início da sua intervenção, falava da falta de segurança numa rua da Reboleira, há pouco aprovámos uma descentralização para uma Junta de Freguesia, a propósito de um edifício público municipal. Naturalmente que as situações de segurança não dependem exclusivamente da Câmara Municipal, mas não gosto de ouvir o Senhor Vereador Gabriel Oliveira responder ao morador que isto não é com a Câmara. Eu tenho a certeza que o Senhor Presidente não me vai responder assim. E é isso que lhe solicito, o que a Câmara Municipal poderá fazer. Não estou de acordo, naturalmente, com aquilo que está acontecer e penso que todos nós não estaremos de acordo com o que se está a acontecer com duas lojas que estão fechadas na estação da Amadora, que uma delas era para a PSP. As instalações sanitárias também fechadas ou há dificuldades de acesso,. O que é que a Câmara poderá fazer aqui. Naturalmente que a Câmara não é a responsável, longe disso, mas não gosto de ouvir o Senhor Vereador responder desta forma. O outro assunto prende-se com aquilo que é hoje e certamente os senhores Deputados terão visto na comunicação social, naturalmente que não foi pela comunicação social que tive conhecimento, algum conflito que se está a provocar com a construção do mercado da Falagueira. Não vou falar do assunto, descrevendo-o, aquilo que lhe peço, Senhor Presidente é o seguinte: os vendedores ambulantes provisoriamente serão realojados na Feira da Brandoa, apesar de muitos vendedores não estarão de acordo, mas vamos deixar isso de lado. O que eu pergunto é se depois não é possível, voltarem para o mercado da Falagueira. Eu acho que é possível voltarem para o mercado, não da forma que estavam antes, não será possível um espaço próprio, delimitado, regulamentado para que não aconteça o que tem acontecido até hoje. Eu acho que é possível isto, até à construção de um mercado da Falagueira, porque acho que é isso que vai evitar muitos problemas do acesso ao comércio daqueles moradores. Portanto o que lhe peço é será possível voltarem ou não num espaço próprio, não da forma que estiveram, mas num espaço delimitado. Muito obrigado.”--

Senhor Deputado Paulo Torres: “Senhor Presidente da Câmara, seguindo a sua sugestão de continuarmos a falar sobre os assuntos abordados no PAOD, neste ponto da Ordem de Trabalhos, eu, por exemplo, poderia fazer uma sugestão, que evidentemente a única forma de limitar a velocidade e sendo eu também morador na Estrada da Serra da Mira, não sei se o ruído das bandas sonoras seria mais incomodativo do que os veículos a passar a alta velocidade durante a noite, mas por exemplo há um tipo de semáforos de limitação de velocidade que não actuam por radar, mas que estão permanentemente em vermelho e que actuam com o sensor do pavimento, com uma temporização que funciona. Um dos problemas principalmente do troço inicial da Estrada da Serra da Mira é exactamente que a partir de determinada hora, o semáforo que está ali no cruzamento com a Travessa do Norte é desligado e os veículos eu vêm da Estrada da Falagueira continuam em aceleração e por vezes como há uma ligeira curva junto à casa da Ordem de Malta, de vez em quando há acidentes. Penso que a solução passa pelo semáforo funcionar nesses moldes, é lógico que a maior parte da população não respeita nada, mas pelo menos a maior parte das situações seria acautelada. Muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Câmara: “Senhora Deputada Sónia, é evidente que a questão da AmadoraEduca, eu estive presente e acho que é uma boa iniciativa e naturalmente peca do ponto de vista de não estar no relatório, o que quer dizer que devia ter valorizado mais o relatório sobre a Amostra de Teatro, mas também há aqui umas questões que é preciso corrigir em relação à elaboração do Relatório. Vamos tentar melhorá-lo, porque quem é penalizado sou eu, da forma como o relatório peca por alguma ausência, penaliza-me a mim próprio e ainda por cima iniciativas desta natureza que tiveram uma projecção, uma dinâmica. E penso que foram duas grandes realizações e a senhora Deputado também sabe que foram. Sobre a questão da Assembleia Municipal Jovem, a única coisa que a Câmara faz é estar presente, porque tudo o resto, da preparação, da elaboração, daquilo que é a explicação das normas de funcionamento da Assembleia é feita pela própria Mesa da Assembleia Municipal. E por isso sobre essa matéria como deve de imaginar, eu não me pronuncio. Seja qual for o figurino eu estarei lá, não fui eu nem participei, porque é a Assembleia Municipal, e por isso é que é uma iniciativa conjunta da Câmara e Assembleia, porque é esta que tem as reuniões preparatórias com os membros da própria Assembleia Jovem, em termos da condução e etc. Sobre o conjunto de ofertas na área educativa, em que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

várias escolas o fazem, como sabe a nossa intenção é fazer o guia das ofertas educativas no território da Amadora, fazendo parte daquilo que foi uma deliberação da própria Assembleia Jovem no ano passado. E aquilo que tem sido feito pelos serviços e em relação às escolas é de que eles nos façam chegar quais são as ofertas educativas que tem em cada escola. A Senhora Vereadora disse há pouco que só falta pedir de joelhos para mandarem. E por isso nós achamos que a oferta é de tal maneira grande, sabemos que está a ser feito nas escolas, que não faz sentido publicar um guia que não responde porque não tem resposta. Temos que sensibilizar as escolas, mas também percebo que a actividade das escolas tem sido muita e que tem coisas mais importantes para fazer do que esta questão, mas acho que devemos, porque felizmente temos uma riqueza grande na área de ofertas e é pena que não possamos valorizar e demonstrar isso e informar no sentido de dizer que há um conjunto de ofertas para além daquelas que são da escola. A Escola das Profissões tem as suas mas todas as escolas tem um conjunto de ofertas na área educativa. Senhor Deputado António Carixas, não tem nenhum drama a questão sobre o relatório mas para mim é sempre importante colocarem as questões. Em primeiro lugar sobre as estações de Santa Cruz –Damaia e a da Amadora. Já tive mais que uma vez a oportunidade de relativamente às duas estações, alertar a REFER e a CP. Esta questão tem a ver com duas situações, em relação às casas de banho, que no caso da Amadora às vezes funciona, outras vezes não, e há alturas que está fechada. É óbvio que se as casas de banho lá estão devem funcionar e já disse à REFER e à CP, que a Câmara não se importava de assumir isso, com uma condição: é que as receitas das lojas viessem para a Câmara, porque é óbvio que quem tem as receitas, no mínimo tem que manter o serviço público. Até porque havendo estabelecimentos públicos tem necessariamente de haver, por isso estas são questões que eu acho e temos feito essa questão, de cada um tem que assumir as responsabilidades. Não pode uns receber o dinheiro e dizer que no resto não tem nada a ver com isso. Nesta questão tenho insistido e vou continuar a insistir assim como já disse, aproveitei estar numa sessão onde estava a Senhora Secretária de Estado e o Presidente da CP, da REFER e da EMEF, para alertar para aquilo que é o nosso apeadeiro da Amadora. Acho que esta estação é mais um apeadeiro do que uma estação e era bom que no âmbito da modernização e do investimento nas linhas de Sintra, a Amadora não fosse esquecida. Todos hoje em dia sentimos que já passou de época e que é preciso um investimento ainda por cima numa estação que tem um grande movimento e esta linha certamente que é uma das linhas mais rentáveis da CP. Por isso esta é uma questão que vamos continuar a bater. Senhor

Deputado, em determinada altura, quando criámos a Polícia Municipal, a sua bancada disse que eu queria ser o xerife. Não queira o Senhor Deputado agora dizer que quer ser o sub xerife. Seguramente não isso mas é óbvio que apesar de dizermos que a competência da segurança das pessoas e bens é da PSP, mas nós próprios, como Câmara, devemos junto de quem tem essa competência, de exigir, alertar para aquilo que tem de ser para criar as condições de segurança das pessoas e dos bens. Tudo o que faço em relação a esta matéria, apesar de por vezes ser aborrecido quando existem problemas desta natureza, de falta de meios, de intervenção e de alguns problemas que existem, tenho a particularidade de enviar a várias entidades porque entendo que são responsáveis, ao Comando da Divisão, ao Comando do Metropolitano, ao Director Nacional, ao Ministro da Administração interna ou ao Primeiro-Ministro. Para não dizerem que ninguém tem conhecimento e para perceberem que de facto é preciso intervir, porque acho que não posso dar argumentos de que ninguém alertou para os problemas existentes. Nós temos a obrigação de alertar, não temos é a obrigação de nos substituir à PSP, porque temos a obrigação de velarmos pela segurança das pessoas e dos bens no Concelho da Amadora. É isso, senhor Deputado que fazemos permanentemente e há, também sabemos, que existem alguns fogos, mas também não é tanto como pintam, vamos ser sinceros, ou seja , do ponto de vista da insegurança só há na Amadora e no resto do território é tudo seguro. Não é assim como sabe, é evidente que gostaríamos que os casos que acontecem não existissem, mas isso todos gostavam que acontecesse em todo o território, e por isso estou certo que a curto prazo na reorganização da PSP, também haverá mudanças que penso que irão contribuir pelo menos para a melhoria de funcionamento, nomeadamente da PSP. E falo naquilo que foi sempre uma reivindicação que já fiz há muito tempo, como o senhor Deputado sabe, sobre a divisão da PSP para a Amadora e não por uma divisão da PSP que vai até ao Cacem. Não há divisão nem segurança que resista. E estou certo que a curto prazo, o governo irá tomar essa medida e anunciá-la e penso que com isso podemos ter um território em que a PSP da Amadora apenas se dedica ao seu território e não tem de ir até ao território de Sintra, com uma área mais complicada que é de Queluz ao Cacém. Sobre a questão do provisório e não provisório. Nós na vida temos que assumir algumas diferenças e algumas mudanças, e como sabe, é simpático para a comunidade cigana dizer "estejam descansados, vamos fazer obras e criar melhores condições para voltarem ao mesmo sítio", é simpático, mas não é simpático nem é qualidade de vida para a população que vive na zona do mercado da Falagueira. E de maneira que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

opção tomada é esta, não é uma saída provisória, mas é uma saída definitiva ou seja, a venda ambulante da forma que estava a ser feita e com o aumento que houve em que neste momento tínhamos pelo menos, consideradas bancas, cento e uma bancas, não vão voltar à Falagueira. Estamos a fazer uma intervenção de recuperação do mercado da Falagueira para dar melhores condições àqueles que são os vendedores do mercado e melhores condições de higiene e de qualidade dos produtos a quem vai ao mercado fazer as suas compras. É nisso que estamos a trabalhar. Em relação aos vendedores, o que estamos a tentar fazer e o que procurámos fazer foi um espaço com todas as condições para que os próprios vendedores ambulantes ciganos tenham um espaço onde possam ter uma venda permanente, sem terem que andar a fugir da polícia com a trouxa às costas ...(mudança de lado da cassete) ...é uma questão de eles próprios ajudarem a construir aquele espaço como um espaço onde as pessoas vão. E é nisso que vamos trabalhar, não haverá mudanças, no passado houve mudanças que não voltaram a definitivas. Lembramos do mercado que tínhamos aqui e que acabou e bem. Lembramos daquela venda ambulante que toca e foge e que acabou e bem. Também compreendo que os ciganos precisam de vender, e por isso temos que garantir que as pessoas têm um espaço e não um espaço em que tenham de fugir, um espaço que se vai construindo e firmando. É como outros sítios em que existiam esse tipo de feiras, ao princípio é mais difícil, as pessoas não se habituaram, mas é uma questão de hábito e das próprias pessoas que os vão formando. E que às tantas já existe um espaço perfeitamente consolidado onde é hábito as pessoas irem. E é nessa perspectiva que estamos a trabalhar, portanto não há nenhuma possibilidade de voltar ao mesmo. Esta não é uma mudança provisória. É uma saída definitiva daquele espaço. Senhor Deputado Paulo Torres, sobre a questão dos sensores para os semáforos, essa foi uma das invenções, foi o Senhor Vereador Gabriel trouxe para cá em relação a um conjunto de semáforos que temos na Amadora. São sensores que não se vêem, tanto abrem como fecham, é uma questão de os regularem. Se o Senhor Vereador puder ver essa questão, de naquele espaço o semáforo que lá temos em vez de ser para abrir o trânsito quando há muito tráfego que seja para fechar quando não há tráfego nenhum. Mas o problema que temos depois sabe qual é. Não é por acaso que nós temos alguns semáforos, em determinadas zonas, que em vez de estar a funcionar o semáforo verde e vermelho, está intermitente porque existem muitos assaltos quando se pára em algumas zona, como sabe. Temos que ter a noção, porque não posso pôr dentro da cidade semáforo accionado a mais de cinquenta quilómetros, aquilo que para funcionar, tem que funcionar a mais dos cinquenta

quilómetros, Se uma pessoa vai a cinquenta quilómetros que não é uma velocidade exagerada, poucos andam a cinquenta, o que quer dizer que o semáforo fecha, eu não posso ir a mais de cinquenta quilómetros, porque estou a violar as normas de velocidade dentro da cidade. Por isso temos que ver como equilibramos esta questão. Vamos analisar, mas temos estes problemas, como sabe. Muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Só uma nota colegas, para responder à Senhora deputada Sónia Batista, relativamente à Assembleia Jovem. Como a colega sabe a Assembleia Jovem não é possível realizar sem a colaboração profunda das escolas e dos professores, é impossível. Se a Assembleia Municipal Jovem funciona é uma iniciativa da Assembleia Municipal com a colaboração da Câmara Municipal, mas é impossível sem do Departamento da Educação da Câmara Municipal da Amadora e sem os senhores professores e das escolas é impossível realizar a Assembleia Municipal Jovem, E também aquilo que é o evento, não é mérito da Assembleia Municipal, que apenas tomou o impulso político, mas deve-se essencialmente aos senhores professores, às escolas, aos alunos, às organizações de alunos e também, faça-se justiça, ao Departamento da Educação da Câmara Municipal e ao esforço dos seus técnicos e à Senhora Vereadora da Educação Carla Tavares que tem colaborado, desde o primeiro dia e incentivado o próprio Departamento em engajar-se neste evento. Agora, é um evento que exige preparação com é evidente, desde logo no Regulamento de funcionamento, e isso a Assembleia tem dado essa colaboração em termos de elaboração do próprio Regulamento sobre pena daquilo se transformar não numa Assembleia Municipal Jovem, mas numa Assembleia Geral de Alunos e nós não queremos que isso seja é diferente, nós elaboramos esse guião e explicamos esse guião devidamente aos meninos, há uma preparação intensíssima dos temas que são tratados, perguntas e das resposta, digamos entre eles, digamos inter-escolas, é evidente que eles não tem capacidade naquela idade ainda de, não têm pelo menos é o que me dizem os Senhores. Professores, Senhora. Deputada, a Senhora. Deputada também é professora naturalmente, não sei se é mas nós fizemos reuniões, jantares inclusive com todos os Senhores. Directores das escolas por isso isto não é uma coisa que nasceu por Obra e Graça do Espírito Santo, portanto houve aqui um trabalho de preparação desta matéria e portanto temos sempre um cuidado na preparação dos temas e essencialmente o que nos interessa apesar das pequenas questões que aqui levantou é criar espírito de participação democrática e cívica dos jovens digamos na vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

pública e também criar-lhe o gosto de participarem em público, de falarem em público e discutirem publicamente, de forma organizada digamos os seus problemas simulando uma forma de funcionamento, ao fim ao cabo é uma espécie de simulação de funcionamento dos órgãos municipais. Promovemos também a escolha da mesa, através dos representantes de cada escola há um grupo, cada escola tem um representante, há uma reunião ou com a mesa ou comigo, geralmente com a Vereadora Carla Tavares e com o departamento de Educação da Câmara, no sentido de escolhermos a mesa, depois há sempre reuniões daquela mesa que a colega viu lá a dirigir, que a colega viu a dirigir, há sempre reuniões da mesa com os membros da Assembleia Municipal, com os membros da mesa da Assembleia, neste caso concreto até foi comigo, como sabe nós temos realizado a Assembleia aos sábados, este ano, mas também percebemos que muitos senhores professores preferiam que fosse durante a semana e não fosse ao sábado, também se compreende e portanto nós, ó colega nós temos que nos ajustar à realidade, não podemos criar realidades ou criar eventos fora da realidade percebemos isso, tinha de ser num dia da semana senão não dava nem podia uma sexta-feira e a circunstância de eu não estar nem o primeiro secretário, nem a Senhora. Segunda Secretária estar no início, como sabe eu estive a partir de um certo momento, tinha que assinar na Assembleia da República era dia de Assembleia, mas tive uma reunião no dia anterior prévia com os meninos, penso que com a Carla Tavares também, ou pleno menos com o Professor Francisco e com o Dr. Amílcar, no sentido de prepararmos o guião, introdução, como é que aquilo acontecia e tal, e também digo-lhe uma coisa ainda bem que não é preciso ter uma tutela, os meninos demonstraram que não é preciso ter ali uma tutela do Presidente da Assembleia para aquilo funcionar, e portanto o nosso papel é este em vez de dar um peixe aos meninos é ensiná-los a pescar, acho que estamos a conseguir fazer isso e acho que correu até muito bem, era o esclarecimento só que eu queria dar.”-----

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Assembleia** deu o ponto por encerrado.-----

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, do Projecto de Moção relativo a “*Localização do Novo Aeroporto de Lisboa*”.-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Este ponto foi agendado a pedido, através de um requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, e eu dava a palavra ao Grupo Municipal do PSD, o primeiro signatário ou a quem entenderem por conveniente, para proceder à apresentação da Moção, tem um período de dez minutos nos termos da Lei.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita (apresentação): “Senhor Presidente muito obrigado, eu introduziria um ponto prévio à discussão da Moção que aqui trazemos que é o seguinte: a Moção passa a ser subscrita por quatro grupos Parlamentares do PSD, do CDS, da CDU e do Bloco de Esquerda, eu não deixava apesar disto de fazer um repto ao grupo Parlamentar do PS para que também subscrisse esta Moção, porque não se trata de uma crítica a ninguém, trata-se de um apelo e de uma ressalva em relação a uma situação que achamos que pode ser melhor estudada, e eu com esta ressalva eu diria o seguinte, a Moção será alterada deixando a recomendação de ter o texto que tem actualmente e passando a ter o seguinte texto que eu posteriormente entregarei ao Senhor Presidente, eu vou passar a ler, neste sentido propomos que a Assembleia Municipal da Amadora, reunida em Sessão Ordinária aos vinte e nove de Junho de dois mil e sete, delibera aprovar a seguinte Moção: -----

Ponto 1 – Que sejam suspensos, de imediato todos os passos que tenham em vista tornar irreversível a opção da OTA;-----

Ponto 2 – Que o Governo promova todas as medidas que permitam um estudo aprofundado e a comparação concreta entre todas as soluções possíveis, incluindo também a opção da Portela Mais Um;-----

Ponto 3 – Que na avaliação subsequente e decisão sobre a opção a reter seja sejam, devidamente, ponderadas todas as condicionantes em causa designadamente as vantagens inerentes ao carácter público da propriedade dos terrenos; Ponto Final.-----

Se a Moção for aprovada deve ser enviada para o Senhor Presidente da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e à comunicação Social, eu vou entregar ao Senhor Presidente este texto com a assinatura dos Grupos Parlamentares que subscreverem deixando no entanto o repto ao Partido Socialista para que se assim o entender que subscrava também esta Moção. Em relação à Moção e àquilo que a traz, alguns dirão com certeza e se calhar com um pequeno nexo de razão que este assunto neste momento está esgotado até porque o Governo entendeu e em nosso entender muito bem, aumentar o leque de opções e passar a estudar mais uma opção, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

achamos no entanto que essa opção que vai ser estudada pelo Governo que é a opção Alcochete não é suficiente, entendemos que opção Portela Mais Um é uma opção válida, viável e que deve ser estudada, muitos perguntaram também porque razão é que esta Moção é discutida na Assembleia Municipal da Amadora, porque isto é um problema nacional, para outros é um problema apenas de Lisboa, para outros é um problema que ainda não se sabe de quem é propriamente, nós achamos que a Amadora, Concelho Central no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa é um contribuinte líquido para os futuros passageiros deste Aeroporto e utilizadores deste Aeroporto, esta é uma questão que diz respeito à Amadora e este é um problema que tem que salvaguardar a própria Amadora, porque não faz sentido que a Amadora ache normal que tendo um equipamento estratégico, um equipamento fundamental de transporte para os seus cidadãos e que actualmente serve os seus cidadãos não nas melhores condições, mas que podendo ser elas melhoradas, vá ser deslocalizado para uma localização a mais de 60Km da Amadora que obriga a transtornos imensos na chegada a esse mesmo local e que a Amadora não diga também alguma coisa sobre isso, achamos que a Amadora e todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e das áreas metropolitanas limítrofes, nomeadamente a de Setúbal se devem envolver nesta discussão, porque é uma discussão que nos abrange a todos, portanto esta é uma Moção que continua a ser actual é um tema que continua a ser actual, é um tema que continua a ser actual independentemente da questão dos seis meses e achamos fundamentalmente que este tema deve ver acrescido uma nova opção, que é uma opção válida, viável e sensata, que é a opção da Portela Mais Um, é esse o apelo que nós aqui deixamos, não se trata de uma crítica a ninguém até porque foi o Governo que decidiu ouvindo uma parte da sociedade civil, refazer e repensar ao que estava a afazer o que nós dizemos é que esse estudo deve ser alargado e deve incorporar esta nova, esta solução que não é nova porque já estava discutida há muito tempo, é neste sentido que nós fazemos o apelo ao Partido Socialista para que se o Partido Socialista quiser subscrever esta Moção a subscreve e ela possa ser subscrita por todos os grupos parlamentares aqui presente, obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

Senhor Deputado João Serrano: “Muito obrigado, Senhor Presidente em primeiro lugar para registar este desafio que o PSD colocou, não foi feito todos os moldes no decorrer da

Sessão, foi em pleno plenário, mas o PSD tem toda a legitimidade para o mesmo, mas desde já eu vou ser claro e objectivo o Grupo Parlamentar Municipal do PS não subscreve esta Moção apresentada. Esta questão da OTA é uma questão que merece de todos nós alguma ponderação alguma análise e alguma objectividade, confesso que não sou técnico, não sou arquitecto, não sou engenheiro, sou jurista e acima de tudo sou político e aquilo que tomo as minhas posições é com base em estudos, em opiniões de técnicos e responsáveis, a questão da OTA tem mais de trinta anos, em mil novecentos e setenta e nove como sabem foi criado um Gabinete na questão do novo aeroporto que estudou Fonte da Telha, Montijo, Alcochete, Porto Alto, Rio Frio e Portela. Em final de mil novecentos e setenta e nove entregou à tutela o parecer não ser possível ampliar a Portela, não ser aceitável a opção da margem direita do Tejo e na margem esquerda considerar Fonte da Telha, Montijo, Alcochete, Porto Alto, Rio Frio e a melhor opção na altura era Rio Frio devido à possibilidade de ampliação. Foi decidido prosseguir os estudos limitados à região deste Rio Frio opção confirmada em mil novecentos e oitenta e um por dois estudos independentes de uma firma americana e de uma luso-americana. Em mil novecentos e oitenta e dois, com o Governo Bloco Central, nova apreciação novas localizações, agora Santa Cruz, OTA, Azambuja, Alverca, Granja, Tires e Marateca, Desta vez os locais escolhidos foram novamente Rio Frio, Porto Alto e novidade, a OTA, mil novecentos e oitenta e seis Governo Cavaco Silva, ANA avança para o projecto de ampliação da Portela para doze milhões de passageiros ano, com previsão de atingir a capacidade máxima em dois mil e dez. Mil novecentos e oitenta e sete, Governo Cavaco Silva, o Governo pede à ANA escolha especial, ANA diz a OTA. Mil novecentos e noventa, Governo Cavaco Silva, estudo encomendado à ANA, estudadas OTA e Rio Frio, não foi dada preferência. Mil novecentos e noventa e quatro, Governo Cavaco Silva, novo estudo a pedido do Ministro Ferreira do Amaral, à ANA, hipóteses Montijo A e B, Rio Frio e OTA. Rio Frio tinha vantagens casuais, a OTA tinha um bom impacto para o desenvolvimento regional e o Montijo tinha aspectos positivos em todas as áreas, menos na questão ambiental. Montijo foi a opção escolhida. Período em que se decidiu a nona travessia do Tejo, ou seja, a Ponte Vasco da Gama. Mil novecentos e noventa e sete, Grupo de Trabalho da ANA Air, para preparar e executar decisões sobre o novo aeroporto, a escolha seria feita entre OTA e Rio Frio. Estudos encomendados para o efeito. Em mil novecentos e noventa e nove, com o Governo de António Guterres, Elisa Ferreira afasta Rio Frio, Portela aguenta mais oito a dez anos, o Rio Frio satisfatório na maioria dos critérios, mas tem graves inconvenientes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ambientais. Durão Barrosão não dá prioridade ao projecto OTA. Santana defende a opção OTA, mas sem tomar resoluções. Recordo aqui algumas palavras que o candidato primeiro-ministro, José Manuel Durão Barroso, disse ainda em campanha eleitoral acerca do aeroporto da Ota, disse que não haveria aeroporto da OTA, enquanto existisse listas de espera na saúde e em particular para as crianças. Ora bem, como as listas de espera aumentaram na altura, então aumentaram as contradições e diminuíram as probabilidades de existência do aeroporto da OTA. O que pensou na altura Santana Lopes? Que na sua qualidade de Presidente do Conselho da Região, no *primus inter* paz do poder local, exigia, na altura como Presidente da Câmara, o novo aeroporto da OTA, com seriedade e com moções votadas na Assembleia Municipal da Figueira da Foz. Lembro também o ministro Valente de Oliveira, em Janeiro de dois mil e três, citar, cito 'prevê-se que a OTA entre em funcionamento com uma capacidade inicial de doze milhões de passageiros ano, passando numa segunda fase para trinta e cinco milhões. Estabelecemos como meta o ano de dois mil e quinze para a abertura do novo aeroporto. Teremos em dois mil e seis, como o ano do arranque da obra'. Mais tarde outro ministro com a mesma pasta, disse o ministro Carmona Rodrigues, por incrível que pareça, 'feito este enquadramento importa reafirmar muito claramente o seguinte, o projecto do novo aeroporto não foi abandonado, a localização na OTA não está em causa. A sua concretização não representa uma prioridade a curto prazo, há sim que consolidar todos os estudos para ser tomada a decisão mais correcta e no momento mais oportuno. Assim com o início dos procedimentos concursais durante o próximo ano, o aeroporto está em condições de avançar em dois mil e quinze. Nessa mesma altura o Secretário de Estado das Obras Públicas, Jorge Costa, agora Deputado, dizia 'é possível assegurar o início da operação em dois mil e quinze de acordo com os estudos que dispomos e com as previsões de crescimento de tráfego. É que também de acordo com os elementos disponíveis e sobretudo, comparando com o aeroporto mais parecido com estas dimensões, que é o aeroporto de Atenas, não será necessário mais do que cinco ou seis anos para desenvolver a construção'. Portanto e andando para trás, se em dois mil e quinze tirar os cinco ou seis anos, tem dois mil e nove ou dois mil e dez para o início da construção. Ou seja, é perfeitamente possível que na primeira metade da próxima legislatura, sejam vistos todos os procedimentos concursais necessários para que a obra esteja no terreno por volta de dois mil e nove ou dois mil e dez e o aeroporto esteja em funcionamento em dois mil e quinze. A decisão que está tomada é quanto à OTA e não há nenhuma razão para estar a colocar em causa esta decisão quanto à sua localização, dizia no

Jornal de Leiria, em quatro de Março de dois mil e quatro o Secretário de Estado, Jorge Costa, actual Deputado do PSD. Nesse período adjudicar os estudos, falo-vos do Governo PSD/CDS-PP, estudos que foram feitos, que foram encomendados e obviamente que foram pagos. Os estudos complementares relativos ao novo aeroporto de Lisboa, houve um estudo sobre a preparação do terreno, análise de faseamento do aeroporto, cartografia e topografia, foi adjudicado em catorze de Maio de dois mil e quatro, com o valor de um milhão, duzentos e vinte e quatro mil euros, mais IVA. Foi adjudicado um estudo de caracterização e modernização da qualidade do ar, na zona de implantação do novo aeroporto, na OTA, adjudicado em dezassete de Setembro de dois mil e quatro, por trinta e um mil euros e também foi adjudicada a caracterização e modernização do ambiente sonoro, adjudicado em vinte e três de Setembro de dois mil e quatro, no valor de vinte e um mil euros. E também foi aprovado pela Assembleia da República, por proposta do Governo PSD, do prolongamento das medidas preventivas de utilização de solos, na zona de implantação do novo aeroporto de Lisboa, na OTA, em catorze de Julho de dois mil e seis. Ou seja, tudo isto foi feito, ou seja, na altura houve custos no Governo PSD/ PP para reforçar a OTA, de um milhão e trezentos mil euros e foram aprovadas estas deliberações. O actual Governo apresentou um programa e no programa, é muito claro, retomar o processo relativo ao novo aeroporto da OTA, definir o respectivo calendário à luz dos dados actuais. Ou seja, em Novembro de dois mil e cinco, três décadas de mil novecentos e setenta e nove, após vários estudos e euros gastos, a OTA é escolhida para receber o novo aeroporto. Desde mil e novecentos e noventa e nove, já se realizaram noventa e quatro estudos, poderei entregar à mesa, para distribuir aos seus Deputados, que ascenderam a catorze milhões de euros, estando adjudicados estudos no valor de quatro milhões de euros. Ou seja, uma questão que importa esclarecer é que também para além disso, o acesso aos fundos comunitários ou oportunidades das suas candidaturas e as propostas, importa referir que o Governo anterior apresentou, após negociações levadas a cabo por esse Governo, um relatório para obtenção de fundos comunitários. A questão do novo aeroporto obviamente que é uma questão essencial, é uma matéria importante para todos nós, obviamente é importante para a cidade de Lisboa. A questão do novo aeroporto não é uma questão qualquer, a disponibilidade de uma infra-estrutura com um portal moderna com grande capacidade e qualidade de resposta é hoje absolutamente essencial para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento que valorize e potencie o nosso território o nosso posicionamento geográfico em relação aos desafios da mobilidade de um mundo globalizado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que se apresenta cada vez mais competitivo. Portugal não pode continuar a adiar eternamente a modernização da sua principal infra-estrutura aeroportuária, acumulando atrasos, enquanto todos se esforçam para andar mais depressa, sob pena de se resignar à condição de zona marginal e tremida da península ibérica. Pelo contrário, pese embora a sua posição geográfica, periférica face à Europa, Portugal dispõe de vantagens competitivas e importantes que devemos valorizar, potenciar e aproveitar. Na realidade, a sua localização, na fronteira Oeste Atlântica e continente europeu, zona privilegiada de confluências de rotas internacionais, permite-lhe assumir-se à sua escala, como um importante pólo de mobilidade e uma plataforma de tráfego aéreo de passageiros e mercadorias num contexto intercontinental, tal como consta das eleições estratégicas para o sector aeroportuário que tem vindo a ser executados. É neste contexto estratégico que temos que situar a discussão do novo aeroporto de Lisboa, e a primeira coisa que deve ser acordada quando tanta gente se assusta com a perspectiva de uma decisão precipitada, é que esta já é uma discussão que leva quase quarenta anos, em que foram consideradas mais de uma quinzena de localizações possíveis, nas duas margens do Tejo, quarenta anos de estudos e mais estudos, catorze milhões de contos gastos nos últimos estudos e cem milhões na totalidade desde mil novecentos e setenta e nove, e muitos debates e muitas polémicas. No plano técnico, este tem sido um dos projectos mais estudados e discutidos em Portugal, e nele tem participado do que de melhor temos no nosso país, assim como especialistas internacionais, especialistas na matéria. Ao fim de todo este tempo, devemos todos reconhecer que não é fácil identificar matérias de entendimento que se podem considerar unânimes, nem mesmo sobre alguma das mais elementares evidências de facto. Desta natureza também sobre um projecto existem opiniões diversas mas por vezes antagónicas. Mas o entendimento primeiro do PS e do Governo, expressamente partilhado por governo anterior e que julgamos corresponder hoje a um consenso cada vez mais largado é que a capacidade outrora do aeroporto da Portela se encontrará esgotado por volta de dois mil e quinze, dois mil e dezassete, senão for antes. A Portela tem hoje um limite de trinta e dois mil movimentos por hora que corresponde a doze milhões de passageiros por ano. E apenas é possível expandir a Portela até ao limite de quarenta mil movimentos hora. Que corresponde a dezasseis milhões de passageiros, ano, e este é o objectivo claro do plano de expansão que está em curso. Já em mil novecentos e noventa e nove, a empresa Aeroports Paris previa para dois mil e sete, o tráfego na Portela na ordem dos doze vírgula dois milhões de passageiros, com base numa taxa de crescimento

média anual na ordem dos três, seis ao ano. Mais tarde, em dois mil e três, a Persons reviu em baixa esta previsão, tendo em consideração os efeitos do onze de Setembro e o aumento dos preços dos combustíveis, passando a considerar o crescimento médio anual de três vírgula três por cento ao ano, de que resultava para dois mil e sete, uma previsão na ordem dos onze vírgula quatro milhões de passageiros. A realidade porém que o crescimento de tráfego na Portela tem sido muito superior, prevê-se que este ano atinja treze vírgula cinco milhões de passageiros a uma taxa de crescimento na ordem dos oito por cento ao ano, aliás inferior ao que se verifica no Aeroporto Sá Carneiro. Estes valores mostram claramente as potencialidades de crescimento e as actividades dos aeroportos internacionais a nível mundial até do ponto de vista dos dados estatísticos, Portugal tem subido nessa matéria, só não é mais possível da Portela dada as limitações existentes. Em segundo lugar, são cada vez menos ainda os que ainda alimentam o sonho de manter a Portela, de que é complementar com outro aeroporto mais pequeno. Há quatro razões para objectar-nos isto, em primeiro lugar porque a Base Aérea do Montijo, Portela mais um, não sei o que é, pode ser Montijo, pode ser Sintra, pode ser o que for, mas se for Montijo, é a solução de que tem sido apontada, para além de diversas dificuldades ambientais com a utilização comercial, conflitua na sua personalidade com a personalidade do Aeroporto da Portela, limitando-se em muitos ganhos e capacidade que pretendiam alcançar numa lógica de Senhor Presidente, Senhores Deputados, poderia alongar-me mais relativamente às explicações nesta matéria. A questão que temos perante nós, é o seguinte, perante um estudo que foi apresentado relativamente a uma solução que nunca, repito, que nunca tinha sido equacionada, uma situação, cujos governos PSD/PP nunca colocaram em cima da mesa, porque nunca estudaram uma alternativa, o Governo decidiu avaliar esta situação dando o estudo ao LNEC esta matéria. Vamos aguardar obviamente esses estudos, o Governo o fará, sendo certo o seguinte, daqui a seis meses avaliaremos esse estudo e daqui a seis meses iremos dar uma solução que infelizmente tem vindo a ser atrasada por culpa talvez de muitos dos partidos que hoje contestam esta decisão agora tomada.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida (pedido de esclarecimento): “Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado João Serrano, eu quando recebi a documentação para esta sessão e li a moção do PSD como estava redigida na altura, quando nos foi entregue, eu pensei, isto já está desactualizado, houve uma decisão do Governo e agora estava a ouvir o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Deputado e pensei, bom o senhor Deputado também preparou a sua intervenção quando estava a ler esta moção. Mas as coisas alteraram-se. Quer dizer o Senhor Deputado gasta quatro quintos da sua intervenção a falar dos benefícios da OTA, ora o seu Governo decidiu, discutiremos um pouco adiante esta decisão, mas decidiu que afinal a OTA já não era a solução inabalável. Afinal havia alternativas que ainda não tinham sido estudadas e portanto valia a pena estudá-las. Ora bem, das duas uma, ou o estudo é sério, e portanto tem que equacionar todas as possibilidades, ponto um. Ponto dois, até a possibilidade de deixar a OTA de lado, ou então nós temos um preconceito estabelecido à partida, que é a OTA, OTA e OTA e portanto tudo o que vier depois será, logo se encontrará uma solução para justificar uma decisão que já foi tomada há muito tempo, porque de facto, Senhor Deputado, a sua intervenção, como referi, foi de quatro quintos sobre a OTA e os benefícios da OTA, quando eu julgo que mandaria a prudência, a prudência intelectual até, que neste momento, não fizéssemos, até pelo início da sua intervenção, em que começou por dizer que não era técnico, e eu também não sou, portanto eu acho que, sobretudo para nós, que temos responsabilidades políticas e que não somos técnicos, neste momento manda a prudência intelectual que não nos alonguemos em considerações sobre as virtualidades de um ou de outro e que sejam os estudos produzirem os resultados que vierem a ser produzidos, e em função disso se decida. Não, acho eu, não faz muito sentido que continuemos a discutir nesta base como aquela que foi sugerida na intervenção do Senhor Deputado, é só isso. Portanto o pedido de esclarecimento vai neste sentido, se não lhe parece que a sua intervenção está um pouco deslocada relativamente à realidade dos acontecimentos, depois da decisão que o Governo tomou.”-----

Senhor Deputado João Serrano (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado aquilo que vim dizer aqui, é muito claro e muito objectivo. Desde mil novecentos e noventa e nove andamos a discutir o novo aeroporto de Lisboa, desde mil novecentos e noventa e nove houve vários e vários estudos, nos últimos anos, noventa e quatro estudos. Gastámos catorze milhões de euros que foram estudadas quinze localidades em toda esta zona. E foi feita opções, opções relativamente à OTA e Rio Frio, depois a seguir foi a questão da OTA, depois voltámos à questão do Rio Frio, mas é verdade de que nunca foi colocada, só antes de mil novecentos e noventa e dois a questão de Alcochete. E a questão que eu digo é que o Governo analisou em função dos dados, dados que têm vantagens relativamente à OTA e


desvantagens relativamente a Rio Frio. Agora nós não podemos é o seguinte, estar anos e anos a discutir matérias, a discutir estudos, aqueles senhores estiveram no Governo e praticamente e relativamente a esta matéria discutiram OTA e Rio Frio e depois relativamente à OTA, quando o Governo PS decide OTA, eles continuam a estudar, a gastar dinheiro e a fazerem investimentos na OTA e nunca puseram alternativas e agora em dois mil e sete, nas vésperas das eleições em Lisboa, e vamos ser claros sobre isso, temos até um cartaz de um líder que diz Lisboa sim OTA zero. E vem aqueles senhores que estiveram no governo Cavaco Silva, que estiveram no Bloco Central, que estiveram três anos no governo, dizerem agora não, agora nós queremos Portela mais um. Eu acho que isto não é uma forma séria e objectiva de trabalhar. Eu acho que a OTA é a melhor solução, mas acho também que o governo fez bem, perante um dado que não estava em cima da mesa, analisasse Alcochete, mas agora o que está em cima da mesa em discussão, vamos ser claros é a opção OTA e os estudos complementares relativamente a Alcochete. É isso que está em cima da mesa e foi isso que o governo decidiu e bem. Vamos aguardar os estudos do LNEC, vamos analisar, se for a decisão contrária por certo nós podemos mudar de posição. Agora aquilo que nós não admitimos é que por oportunidade política ou por oportunismo político, depois do trabalho que foi feito por técnicos, e volto a dizer que não sou técnico, e cada pessoa tem a sua opinião, mas os estudos que temos, aquilo que está aqui em causa é darmos trabalho objectivo a esta matéria. E não aceito que agora em dois mil e sete, hajam pessoas que vem aqui colocar a questão da Portela mais um que eu não sei o que é. Pode ser Montijo, pode ser Sintra, pode ser Alverca, não sei o que é. Até pode ser Portela mais dois, segundo Fernando Seara. As questões não se tratam assim, isto é uma matéria extremamente importante para o nosso País. E quanto à questão do que foi dito em relação à questão dos passageiros, da sua demora eu posso-lhes dar os estudos que são apresentados pelo ANA AIR, e os estudos complementares sobre essa matéria, em que está provado que pessoas que visitam o nosso país, é completamente irrelevante a deslocalização do aeroporto. Eu mostro os estudos, não foi feito por mim. São inquéritos, a sua distância é completamente irrelevante. Aliás, nos outros países, da Europa, veja-se o caso de Atenas, Madrid, Paris e Londres, a sua localização é completamente indiferente. Finalmente, há uma questão que eu gostava de abordar, é que eu acho incrível como é que hoje há pessoas ainda defendem a continuação da Portela. Nós sabemos que a Portela tem graves situações de incomodidade, é considerado o país que está no ranking, quatro a contar de cinco, é prejudicial para cento e oitenta e dois mil habitantes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

nomeadamente na questão do ruído, temos questões de segurança que são gravíssimas que afecta muitas vezes e que já houve situações de perigo, nomeadamente num avião que há tempos, como sabem, por milímetros não caiu, devido ao descontrolo nas horas que foram dadas. E como é que as pessoas que vivem em Lisboa defendem que se deve continuar na Portela, em plena cidade com questões do ruído, questões ambientais, a manter um aeroporto. Eu para mim só tenho uma leitura, é um discurso eleitoralista, que tem a ver com as eleições na Câmara Municipal de Lisboa.”-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Obrigado Senhor Presidente, Caros Colegas. Eu acho que o nosso colega João Serrano nos deu aqui uma demonstração clara da vontade e da perspectiva com que o Partido Socialista parte para estes seis meses de estudos. Já está decidida à partida, é a OTA, já está decidida. Vamos é deixar o Dr. António Costa ganhar as eleições em Lisboa. É esta a perspectiva com que se parte para estes seis meses. Disse aqui o João Serrano, o seguinte, é que nós somos políticos e portanto temos que tomar decisões ou quem toma as decisões, toma as decisões com base em estudos técnicos. O problema, caros colegas, é que os estudos técnicos com base nos quais se tomam as decisões, são estudos sempre condicionados e o que o João Serrano acabou de dizer é que o que está em cima da mesa é comparar a OTA com Alcochete, onde vai aparecer um maravilhoso aquífero em Alcochete, não temos dúvida nenhuma quanto a isso. É mais uma vez um estudo condicionado, é mais uma vez um erro porque o estudo que tem de ser feito é um estudo de procurar qual é que é a melhor solução. Não é escolher duas para daqui a dois anos aparecer uma terceira, uma quarta ou uma quinta. Tem que se fazer um estudo não condicionado, que escolha a melhor opção para o país, não é escolher duas opções para tapar uma vez mais, o sol com a peneira. E é isso que os senhores estão a querer fazer. Apareceu agora depois de noventa e quatro estudos, como muito bem diz, afinal Alcochete é uma solução maravilhosa. Ninguém tinha pensado nela, porquê? A Portela mais um, senhor Deputado, porque é que não se estuda a Portela mais um. O senhor Deputado não sabe o que é a Portela mais um, eu também não sei e por isso é que é preciso estudar. Fala aqui também o Senhor Deputado João Serrano que é preciso bom senso, esta matéria é fundamental para o país, é preciso bom senso. Eu pergunto se há bom senso quando os argumentos que o Partido Socialista traz à discussão são um risco de dinamitação das pontes, são a margem sul não ter pessoas, não ter escolas, ser um deserto. Isto é bom senso? Da parte dos decisores políticos não é bom senso.



Isto é cegueira política. Isto é ter uma decisão tomada, ter um preconceito e não aceitar discutir estas matérias. Como sabemos, a OTA é uma solução mais cara, que interessará seguramente aos construtores, mas não interessa ao país. É uma solução que exige expropriações de terrenos, interessará a muita gente, mas não interessa ao país, é uma solução que liberta os terrenos da Portela, interessará algumas pessoas, mas não interessa ao país. É uma solução que fica muito longe de Lisboa e portanto não interessa seguramente ao país, é uma solução insegura, face ao relevo que circunda a OTA, mas não interessa ao país. E portanto é uma solução que não satisfaz o interesse público e vou terminar, dizendo o seguinte. A questão da Portela, está a ser feito um investimento na Portela de quatrocentos milhões de euros, que vai alargar brutalmente a capacidade da Portela. Os estudos de tráfego na Portela não entraram em conta, pelo que sei, com a redução de tráfego resultante da construção do TGV, que vai desviar os passageiros para Madrid e para o Porto. Tudo isto é mistificar o problema, tudo isto é encaminhar, é forçar a que se construa um aeroporto milionário na OTA, que o país seguramente não precisa. E isto é uma matéria, que para terminar, Senhor Presidente, vou dizer o seguinte, é uma matéria que interessa ao país e à Área Metropolitana, de Lisboa, interessa a todos os municípios da zona de Lisboa. E interessa tanto que o PS teve de adiar a solução por seis meses porque o António Costa era o único candidato à Câmara Municipal de Lisboa que defendia. O Senhor António Costa era o único candidato à Câmara Municipal de Lisboa que defendia que o aeroporto saísse da zona de Lisboa. E isso era insuportável, para estas eleições. E interessa também à Câmara da Amadora. Por isso eu desafiava aqui o Senhor Presidente da Câmara da Amadora, que defendeu na sua moção, quando se candidatou a Presidente da FAUL, defendeu a construção da OTA eu acho que devia explicar porquê, porque de facto é uma solução que não interessa aos cidadãos da Amadora.”-----

Senhor Deputado António Santos: “Boa noite Senhor Presidente e Senhores Deputados. Felizmente o Deputado João Serrano não tem mais tempo de intervenção senão isto corria o risco de se transformar numa discussão a que o PSD e o PS se digladiavam sobre quais as suas posições nos últimos trinta anos, cada um dos seus partidos e que cada um dos seus governos tem tomado. Eu para esse peditório não dou, porque quer o estilo de governação, quer a essência programática dos dois partidos é tão semelhante que não estaria disposto a dar para esse peditório. Neste caso concreto o Ministro Mário Lino, caucionado pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conjunto e pelo restante Governo do Partido Socialista foi prepotente e foi arrogante. Não ouviu, não consultou, não aceitou e isso tem naturalmente os resultados que nós sabemos. Foi obrigado a recuar perante novos estudos que apareceram, foi obrigado a recuar perante uma grande maioria da opinião pública e de opinion makers e de um conjunto das populações à volta da grande Lisboa, no sentido de recuar e não sei se é por causa da candidatura do António Costa ou não, mas o que eu sei é que se é verdade que aquilo que o João Serrano diz também me preocupa, o aeroporto da Portela não vai ter capacidade de dar resposta ao tráfego aéreo e também é preocupante, a mim preocupa-me há muito tempo, as questões de segurança que envolvem o aeroporto da Portela. O que é verdade é que é arrogante e prepotente decidir que é a OTA e ponto final. Creio que, o que está em questão nesta moção e não compreendo que a única razão porque o Partido Socialista não apoia esta moção, que apenas apela ao bom senso e que apenas apela a que todos os estudos sejam efectuados e toda a discussão seja esgotada, é por uma razão, é que o João Serrano, pelo menos o João Serrano, defende a OTA e como defende a OTA, não está disposto a aprovar uma moção em que se questiona a inevitabilidade do novo aeroporto ser na OTA. Mas há uma questão que é preocupante, de facto a opção OTA é a opção mais cara, que está em cima do terreno e isso a mim preocupa-me por uma razão que ainda ninguém colocou aqui. Sussurra-se que o financiamento do aeroporto da OTA passaria pela privatização da ANA, em qualquer das circunstâncias seja em que sítio da grande Lisboa que se venha a construir o novo aeroporto de Lisboa, o Bloco de Esquerda nunca estará a favor, que isso seja feito à custa e com financiamento feito à custa da privatização da ANA. Obrigado.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita: “Senhor Presidente, muito obrigado. O Senhor Deputado João Serrano de todas as coisas que disse, muitas delas são verdade porque são história, mas muitas delas são fundamentalmente falácias. Vamos começar pelos estudos, dos 94 estudos que referiu muitos deles referiam-se a uma coisa muito simples, não se tratava de estudar opções, tratava-se de estudar o melhor aeroporto naquela opção. E quando se pede a conceituadas, a reputadas empresas que laboram nesta área que naquele local que até podia ser no topo da Serra da Estrela, lá façam o melhor aeroporto, obviamente essas pessoas vão dizer que sim aquele local e vão lá fazer o melhor aeroporto. Mas isso não significa que aquele local seja o melhor para lá colocar um aeroporto. E o que está em causa é isto. E está em causa o quê? Está em causa por exemplo um aeroporto, para um cidadão da Amadora, é

disso que falamos, ficará dez vezes mais caro na sua utilização diária do que o aeroporto na Portela, ficará mais caro para todos os portugueses que terão que pagar obras faraónicas para realizar um aeroporto onde e como o Senhor Deputado dizia e muito bem, foi sensato ao dizê-lo, nós não somos especialistas nem somos técnicos, mas curiosamente todos os técnicos reputados em Portugal e fora de Portugal, dizem que são obras faraónicas do ponto de vista das construção civil, são obras impossíveis do ponto de vista aeronáutica, são obras inseguras em relação à utilização futura do aeroporto, são o Brás inexequíveis do ponto de vista de acessibilidades, porque não fica logo ali, fica acolá, além, a sessenta quilómetros. Significando isto, e voltando à Amadora, porque estamos na Amadora, isto é uma discussão para a Amadora, que o comum cidadão da Amadora é penalizado nesta decisão. E quando falamos da Amadora, não falamos dos potenciais utilizadores de Alenquer, porque eu tenho muitas dúvidas que em Alenquer se gere tráfego para utilizar o aeroporto em zero vírgula zero, zero, zero, um por cento, mas na Amadora se calhar gera-se tráfego para o aeroporto, para utilização de mais de um por cento ou mais de dez por cento por vezes. Portanto esta é uma discussão que diz respeito a Amadora mas é importante pensar nisto. É importante pensar porque é que subitamente o Partido Socialista, que é um partido racional, um partido sensato, um partido que é composto por pessoas que tem muito bom senso, se tornou num defensor fundamentalista de uma opção em que não há um único técnico em Portugal reputado ou fora de Portugal, que com isenção diga que é a melhor opção para o País. E a pergunta é esta, o Senhor Deputado acusava-nos aqui de oportunismo político, porque tínhamos trazido esta discussão milagre agora, não é verdade Senhor Deputado, o Presidente do meu partido, os Presidentes de outros partidos, há muito tempo falam nisto. E sabe quando começámos a falar? Quando verificámos que aquilo que era uma hipótese se tornou numa obsessão, uma obsessão do Partido Socialista. E quem foi efectivamente oportunista, foi o Partido Socialista, quando percebeu que o Senhor candidato à Câmara Municipal de Lisboa, perdia condições para obter uma vitória se continuasse a insistir num disparate OTA. Então vamos dar seis meses, portanto Senhor Deputado há muitas coisas que podem ser discutidas. Nós não somos fundamentalistas ao ponto de achar que a OTA não. Nós somos é fundamentalistas ao ponto de achar que a defesa do interesse público nos diz que, quando há outras opções, elas tem que ser estudadas e quando existem opções que são melhores para o país, para a Área Metropolitana e para todos nós cidadãos deste país, são essas que devem ser estudadas. Não somos fundamentalistas ao ponto de achar que aquilo é assim e que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

podemos discutir o que é assim, porque alguém nos diz que é assim. Achamos que tudo deve ser discutido, até um certo ponto e também achamos que desta vez o Engenheiro Sócrates tem uma forma diferente de fazer as coisas. É um facto, era aquela acusação que se fazia de que não se decidia no tempo do Engenheiro Guterres. Agora decide-se, dê por onde der decide-se. Nem que se decida a maior barbaridade, que é o que se está agora a fazer.”-----

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de esclarecimento): “Eu peço imensa desculpa mas vou deixar aqui na mesa para distribuir, nomeadamente ao Senhor Deputado Luís Guarita, os noventa e quatro estudos que foram apresentados, aliás, estão na Assembleia da República, estão na internet, sobre as várias componentes que foram estudadas no aeroporto da Portela, no aeroporto de Rio Frio, e no aeroporto da OTA, por isso os estudos que foram feitos e que estava a frisar, são estudos relativos a Rio Frio, à OTA e também relativamente à Portela. Quanto às outras quinze localidades que acabei de falar, também existem estudos, que por acaso não os tenho aqui na minha listagem, mas também foram equacionados e estudados. E eu acho que isso, obviamente que era importante já que o Senhor Deputado afirmou que relativamente a esta matéria o único estudos que tinham sido feitos era relativamente à OTA. Não, não é verdade, como eu disse há pouco, na minha intervenção, foram feitos vários estudos, várias análises, várias ponderações, chegámos a um momento, em mil novecentos e noventa e nove, que a questão foi a OTA e volto a frisar foi a questão OTA e vossas excelências quando estiveram no governo, é verdade, que não decidiram, mas também é verdade, é que continuaram os estudos para a OTA e tomaram deliberações para continuar na questão da OTA. Foi isso no fundo que foi decidido e vários discursos que vocês tiveram, vossos dirigentes, nomeadamente o Carmona Rodrigues, relativamente a esta matéria, é que a questão da OTA era uma questão inevitável. E é isto que estava em causa e é isto que eu gostaria, era só para entregar à mesa, já que o Bloco de Esquerda está muito preocupado com a condução dos trabalhos ... (mudança de cassete) ... Sério e credível, feito pela CIP relativamente a Alcochete, daqui a seis meses decidiremos, agora uma questão é certa não podemos adiar mais, não podemos adiar mais, porque a questão de hoje em dia da mundialização e globalização da economia impõe que nós tenhamos capacidade de resposta perante os novos desafios e para os fluxos turísticos que vez maiores que entrar no nosso país e perdemos competitividade relativamente a outros países, nomeadamente aqui à nossa vizinha Espanha, e isso acho que era imperdoável da nossa parte se continuássemos neste

atraso até à decisão final neste caso, até ao isolamento total, muito obrigado.”-----

Senhor Deputado António Santos (protesto): “Eu queria fazer dois protestos, um em relação à prepotência do João Serrano que utilizou a figura de pedido de esclarecimentos para fazer nova intervenção deve-lhe andar a fazer mal os passeios por Lisboa com Maria José Nogueira Pinto e outro protesto em relação ao Senhor Presidente da Assembleia que abre um precedente enorme, eu nunca mais vou terminar uma intervenção a seu pedido porque se abriu o precedente, o Senhor Deputado João Serrano é Deputado é líder parlamentar da maioria desta Assembleia mas não tem o direito de infringir o regulamento desta forma perante a sua complacência e a permissão do conjunto da mesa.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “O Senhor Deputado é mais rápido que o Pepe rápido, porque não me deixou tecer considerações, aliás noto que ainda há pouco em relação à intervenção, uma das intervenções do nosso querido amigo Carlos que fez igual à do Senhor Deputado João Serrano, aproveitando também um período de pedido de esclarecimento o Senhor não protestou, agora protesta deve ser por causa do Senhor Deputado João Serrano, mas como eu disse foi mais rápido do que o Pepe rápido e não me deixou falar, não me deixou falar não, pediu para protestar pensei que era por outra razão qualquer, mas é evidente é que o que eu apelo aos Senhores. Deputados é que não utilizem estes expedientes, é evidente que o Senhor Deputado João Serrano também têm protestado por diversas vezes aqui por circunstância da mesa fazer esta interpretação, acho que se todos quiserem fazer esta interpretação é impossível conduzir os trabalhos, Senhor Deputado Luís Guarita, penso que era um pedido de esclarecimentos, não quer responder, é isso tenha a bondade.”-----

Senhor Deputado Luís Guarita (resposta ao pedido de esclarecimento): “Ó Senhor Deputado, eu acho que nesses noventa e quatro estudos que nos enumerou era bom que o Senhor Deputado verificasse exactamente quantos é que se referem a estudos para opções diversas e quantos é que se referem àquilo que pode ser ou não pode ser a OTA, porque há uma diferença muito grande, há uma diferença muito grande, e outra questão central em tudo isto e volto a repeti-la e não vou repeti-la mais, o Senhor Deputado só fala do passado só fala do passado, faz história, repete história diz que os partidos disseram isto, disseram aquilo que agora são aquilo e depois são aquilo, ó Senhor Deputado nós olhamos para o futuro do nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

país que se quer bem gerido, bem ordenado, em que os recursos são bem utilizados em favor da população, nós não olhamos para o passado Senhor Deputado, que bons são os partidos que observam o seu passado e realizam que cometeram erros e o erro que nós cometemos foi o de pensar que aquela era uma boa opção, que não é, o que nós não queremos tornar a cometer é o erro de tornar a cometer este tipo de erros e que queremos pensar que no futuro se podem fazer coisas melhores, por isso, por isso é o PSD mudou de opinião, se orgulha de mudar de opinião, e diz que não é deixar de decidir é decidir pelo melhor e o melhor é a outra solução, ó Senhor Deputado é quase o PSD inteiro, não ó Senhor Deputado é o PSD todo, é o PSD de Luís Guarita, do Senhor Vereador Carlos Reis, do Presidente do meu partido, do Luís Filipe Menezes se quiser ir àquilo que é oposição, suposta, do Carmona Rodrigues que já nem sequer está no PSD mas que estava numa Câmara eleita pelo PSD e que dizia isso quando lá estive na Câmara, portanto é bom que se diga isso, o PS é que curiosamente se tornou fundamentalista nesta matéria, eu até acho estranho que um Deputado como o Senhor João Serrano seja fundamentalista nesta matéria, mas ó Senhor Deputado isto não é discutir a questão, a questão é olhar para o futuro e encontrar a melhor solução, os Senhores abriram a porta ainda bem que o fizeram, esperemos que o estudo final seja um estudo realista e isento é isso que pretendemos.”-----

Senhor Deputado Carlos Almeida: “Muito obrigado Senhor Presidente para dizer em primeiro lugar que nós acompanhamos e subscrevemos, digamos a matéria deliberativa, digamos assim, desta proposta porque entendemos como aqui já foi referido que os três pontos são pontos de bom senso, ou seja não se trata de nós não temos nenhuma posição fechada sobre essa matéria, não se trata de dizer qual é a melhor opção, trata-se tão só de dizer que vamos estudar todas as hipóteses, mesmos todas as hipóteses e vamos confrontar os prós e os contras de todas as hipóteses e vamos julgar todas as hipóteses à luz dos mesmos critérios, eu por mim e pela nossa bancada nós não temos nenhuma posição fechada sobre esta matéria, embora haja dois pontos em relação ao cenário que se perspectiva para a OTA que sobre os quais evidentemente temos preocupações reservas e num ponto absoluta discordância, se o que se trata é de construir o Aeroporto com o lucro com a privatização da ANA estamos rigorosamente contra essa perspectiva, achamos que isso a concretizar-se seria um crime para a economia nacional e uma gravíssima decisão que afectaria de forma gravíssima a soberania do país, por outro lado se existe a possibilidade de construir uma


infra-estrutura desta natureza em terrenos públicos não percebemos porque é que se há-de privilegiar terrenos privados e porque é que se há-de de alguma maneira alimentar a especulação que reina em torno desta questão, agora dito isto evidentemente que nós não partilhamos da leitura que o PSD faz sobre esta matéria, nem de outros partidos, porque nós também sabemos que o Partido Socialista com esta decisão de dar mais seis meses de construir uma encenação de democracia houve uma força da sociedade civil, como é costume dizer, que apareceu há aqui um estudo e o Partido Socialista decidiu dizer então vamos estudar e vamos dar com isto um sinal de democracia, abertura ao diálogo, etc., é um estudo estranho porque nós não sabem bem quem financiou, como é que ele apareceu, como é que ele foi negociado, etc., mas também não deixa de ser assinalável que quando se trata dos trabalhadores, dos sindicatos, do conselho de reitores, olha a propósito da nova Lei de Gestão das Universidades tudo isso são forças de bloqueio, quando os sindicatos protestam, quando as associações protestam contra as medidas e a política de governo essas são forças de bloqueio, apareceu um misterioso grupo de interesses em torno da CIP com um estudo isso já é uma força viva da democracia da sociedade civil e portanto vale a pena atender e olhar, por outro lado nós sabemos também, sugestionados por ventura pela figura do aeroporto, houve algumas forças políticas que aproveitaram o aeroporto para entrar numa viagem, e essa viagem foi de sair de um pesadelo que é ter que fazer uma oposição a um Governo com o qual concordam, isso é um problema de facto, quer dizer é um problema ter que fazer oposição a um Governo que desenvolve uma política de desmantelamento dos Serviços Públicos com a qual se está de acordo, que desenvolve uma política de desmantelamento da Segurança Social com a qual se está de acordo, que desenvolve uma política de liberalização do mercado de trabalho com a qual se está de acordo, e portanto isso é uma dificuldade imensa e portanto é necessário encontrar um facto político em torno da qual polarizar e fantasiar uma espécie de oposição ao Partido Socialista e portanto nós não misturamos razões. Nós não misturamos razões nós entendemos que este é um investimento demasiado importante, demasiado sério para ser decidido de forma obstinada, para sem que sejam todas as hipóteses consideradas, todos os critérios discutidos e em que seja possível construir um maior o maior consenso possível na base de um processo em que ele próprio seja um processo democrático e que não ofereça dúvidas, evidentemente que a decisão final será sempre polémica, mas o processo de construção dessa decisão não pode ser objecto de crítica porque esse é a razão fundamental da democracia, dito isto evidentemente que cada um terá o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

entendimento político sobre esta questão em concreto e sobre o modo como ela tem sido discutida na sociedade portuguesa e quanto a isso eu já expressei a nossa opinião, muito obrigado.”-----

Senhor **Deputado João Serrano** (pedido de esclarecimento): “Senhor Presidente muito claro em primeiro lugar congratulo-me que o PS/CDU tenha entrado na boleia da tal viagem da oposição que não é oposição, e por isso este documento é um documento interessante porque no fundo há uma parceria relativamente a esta matéria. A segunda questão que eu gostava de perguntar à CDU era o seguinte, aqui a questão Portela mais Um é uma opção, aliás como deu a entender esta Moção foi apresentada pelo PSD com a Portela Mais Um, vocês aderiram a uma Moção que fala em todos os estudos mas dá uma questão específica é Portela Mais Um eu gostava de saber o que é que a CDU pensa relativamente à opção Portela Mais Um, não sei se mais um qual é, aliás há uma coisa interessante é que o Senhor Deputado João Paulo Castanheira há bocadinho disse que Portela Mais Um não sei o que é, o mais um não sabe o que é, bem é um bocado complicado defender Portela Mais Um e não sabe o que é, mas pronto adiante, segunda questão que eu quero dizer é o seguinte, o Senhor Deputado deve estar na vida política há algum tempo e sabe qual é o papel dos políticos, os políticos têm que decidir e a dificuldade que é decidir aliás o que se diferente do bom e do mau político é muitas vezes o decidir com coragem, há uma questão Senhor Deputado que eu estou ciente disso o Senhor Deputado deve estar ciente disto, já está há alguns anos, é que esta solução qualquer que ela seja nunca será consensual, haverá sempre críticas qualquer que ela seja, aliás eu quero vos dizer que qualquer grande obra neste país, seja a Ponte Vasco da Gama, seja o CCB, seja aliás o túnel do Carmona ou do Santana tudo será objecto de obstáculos, tudo, por isso o Senhor Deputado há-se dar o benefício ao Governo que quando chegar o momento em que perante os estudos terá que decidir e por isso o tal consenso que aqui fala que é importante, e criar o maior consenso alargado nós sabemos que relativamente a esta matéria tudo é possível, porque mesmo consenso com aqueles nos últimos anos estudaram apenas OTA e Rio Frio e que quando foi decidido OTA nada fizeram para apresentar as suas alternativas, relativamente a eles até agora nós vimos que eles agora já não interessa OTA já não interessa Rio Frio, e agora o tal Portela Mais Um que o Senhor Deputado João Paulo Castanheira até ao final desta sessão ainda nos vais dizer qual é o Mais Um.”-----



Senhor Deputado Carlos Almeida (resposta ao pedido de esclarecimento): “Muito obrigado Senhor Presidente, o Senhor Deputado far-nos-á a justiça de considerar que nós não precisamos de boleia de ninguém para fazer oposição a este Governo, nós estamos mesmo do outro lado, nós somos mesmo contra a liberalização selvagem do mercado de trabalho, contra a fantasia da flexissegurança, contra o desmantelamento dos Serviços Públicos, contra o desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, nós somos contra essas coisas todas e continuaremos a lutar e a apoiar todas as populações que se manifestam contra essas políticas e por isso desse ponto de vista não precisamos de boleias, relativamente ao Portela Mais Um ó Senhor Deputado eu não sou técnico, mas eu tenho ouvido técnicos reputados discutirem esta questão do Portela Mais Um, e portanto eu quando lhe referia há pouco a questão do consenso devo ter estado distraído porque eu não referi consenso quanto à decisão final o que eu lhe disse o processo de tomada de decisão tem que ser claro, transparente e democrático, e este processo não tem sido nem claro, nem transparente, nem democrático porque a partir do momento em que se, primeiro se diz obstinadamente é esta, é esta, é esta, depois se diz então afinal é esta mais esta mas a outra não, isto não é um processo transparente, não é um processo que afaste dúvidas e suspeições sobre tudo o que está em torno deste investimento, e portanto como lhe disse há pouco o Governo tem toda a legitimidade política, legal, etc., para tomar as decisões o que está em causa Senhor Deputado é o processo da tomada de decisão Senhor Deputado e ainda bem que me coloca essa questão porque aproveito para lhe dizer o seguinte Senhor Deputado que é assim, como nós já cá andamos, como o Senhor Deputado referiu temos intervenção política há muito tempo, nós somos do tempo em que o Partido Socialista pôs o socialismo na gaveta, Senhor Deputado, infelizmente quando nós assistimos à política deste Governo parece-nos que do socialismo já passou da gaveta para dispensa e agora o que está na gaveta é a democracia, Senhor Deputado e é muito mau, é mesmo muito mau para o regime democrático que o Partido Socialista decida colocar aos poucos e poucos a democracia na gaveta, são as bases de dados, são os processos crime, são as suspensões do mercado de trabalho são tudo isso, são tudo isso mais esta forma de tomar decisões são tudo isto mais esta forma de tomar decisões, cegos, surdos e mudos a tudo o que a comunidade científica vai dizendo sobre a matéria. Muito obrigado.”-----

Senhor Presidente da Assembleia: “Muito obrigado Carlos, muito bem, Senhor Vice-Presidente, o PS não tem tempo ó Senhor Deputado, o PS não tem tempo, há um pedido de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

esclarecimentos, ó Senhor Deputado não pode, não pode. Senhores. Deputados, peço imensa desculpa, Senhores. Deputados, Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra sobre esta matéria, muito bem, então vamos passar à votação da Moção colegas, da Moção que foi subscrita por todos os grupos parlamentares com excepção do PS e que foi distribuída também ao Partido Socialista".-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação, sendo a proposta rejeitada com 16 votos a favor e 18 votos contra (Documento anexo à presente Acta).-----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º. 3 do Artº. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 34 membros presentes.-----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão às 23H e 45M.-----

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Rui Miguel Queiroz Correia, 1º Secretário, que a redigiu.

António José Costa
Rui Miguel Queiroz Correia